



# Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas, Setembro de 2009, N.º 50

## Negociações sobre clima estão no “caminho certo”, mas há que manter o bom andamento



Ao encerrar a cimeira que decorreu na Sede da ONU em Nova Iorque, a 22 de Setembro, e em que participaram cerca de 100 chefes de Estado e de Governo,

o Secretário-Geral Ban Ki-moon mostrou-se optimista, dizendo que as negociações tendo em vista um novo acordo ambicioso sobre o clima estão no "caminho certo", mas também advertiu que, para garantir o êxito, será necessário manter o bom andamento no período até à conferência de Dezembro em Copenhaga, na Dinamarca.

Ban Ki-moon disse que a cimeira deixara nele "um sentimento de optimismo, urgência e esperança" pelo

facto de os governos estarem determinados a "selar o acordo" em Copenhaga.

"As vossas palavras foram ouvidas no mundo inteiro", disse o Secretário-Geral aos líderes mundiais. "Que o mundo inteiro veja agora as vossas acções. Já nos resta pouco tempo. A oportunidade e a responsabilidade por evitar alterações climáticas catastróficas estão nas vossas mãos".

e com grande preocupação acerca dos impactos devastadores que as alterações climáticas já estão a produzir no seu país. "Todos os presentes concordam em que é urgentemente necessário intensificar as acções e obter os recursos financeiros necessários para que isso aconteça".

Muitos líderes falaram apaixonadamente (continua na página 15)

### Editorial - Afsané Bassir-Pour, Directora



#### É cool preocuparmo-nos

Ao percorrerem as salas da MipCom deste ano, irão encontrar um novo *stand*: o das Nações Unidas e da União Europeia. Decidimos unir esforços para tentar encontrar maneiras novas e inovadoras de comunicar os grandes desafios que a humanidade enfrenta. Como comunicadores de duas organizações internacionais, temos o nosso próprio desafio a superar: como dialogar com as pessoas sem as maçar! Julgo que não haverá sítio melhor do que a MipCom para encontrar ideias *cool* que possamos usar ao falar sobre questões como as alterações climáticas, a pobreza, a fome, a educação das raparigas e a SIDA.

Mas não vamos para lá de mãos vazias. Quando visitarem o nosso *stand*, encontrarão uma enorme diversidade de ferramentas de comunicação – material audiovisual, factos e números, e, principalmente, os nossos Embaixadores de Boa Vontade que, na sua maioria, estão receptivos a boas ideias para filmes e publicidade institucional. E tudo isto com isenção universal de direitos, ou seja, tudo gratuitamente. Por isso, digam-nos quais são as questões que vos preocupam e nós procuraremos na nossa caixa de ferramentas uma maneira de vos ajudar.

Escusado será dizer que o desafio que define o nosso tempo são as alterações climáticas. Para vos ajudar a participar na luta contra as alterações climáticas, no período até à cimeira de Copenhaga em Dezembro, a ONU está a realizar uma campanha pedindo às pessoas do mundo inteiro que peçam aos líderes mundiais para "selarem o acordo" em Copenhaga – um acordo justo e sustentável sobre as alterações climáticas. Passem pelo nosso *stand* e assinem a petição sobre as alterações climáticas.

Se bem que devido à sua natureza indiscriminada o tema das alterações climáticas seja *primus inter pares*, ou seja, a principal ameaça que a humanidade enfrenta, há outras sete questões interdependentes conhecidas colectivamente como Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, entre os quais se incluem a redução da pobreza e da fome para metade até 2015. Numa altura em que nos restam menos de cinco anos, não estamos perto sequer de cumprir o prazo. Portanto, o tempo urge. Mas, tal como disse no início, apesar da urgência não queremos de modo algum maçar as pessoas fazendo prelecções.

Venham visitar-nos. A minha colega Caroline Petit estará no *stand* ONU-UE pronta para vos dar ideias e, evidentemente, prestar toda a informação de que precisarem sobre os nossos *kits* de ferramentas de comunicação.

É *cool* preocuparmo-nos

### Multilateralismo é o único caminho a seguir, afirma Presidente da Assembleia Geral na abertura do Debate Geral

"O multilateralismo é o caminho a seguir para procurar resolver os problemas comuns e é a única via para garantir uma acção eficaz e colectiva", disse o Presidente da Assembleia Geral, instando os Estados-membros a trabalharem mais estreitamente com a Organização.



Na abertura do Debate Geral, Ali Treki afirmou que os múltiplos desafios de hoje – nomeadamente as alterações climáticas, o desarmamento, a pobreza extrema, a pandemia do VIH/SIDA e as crises alimentar e energética – demonstram a necessidade de uma maior cooperação internacional. Descrevendo a ONU como "a encarnação do multilateralismo", disse que era "o fórum com mais legitimidade para assegurar uma acção mundial concertada".

O Dr. Treki sublinhou a universalidade e legitimidade sem paralelo de que goza a Assembleia Geral e prometeu trabalhar com os Estados-membros para levar mais longe os actuais esforços para revitalizar este fórum e tornar o Conselho de Segurança mais representativo.

Prometeu também cooperar com os Estados-membros para garantir uma resposta internacional mais enérgica às crises mundiais e salientou a importância de promover e proteger os direitos humanos bem como de garantir que os mecanismos da ONU que tratam desta questão disponham dos recursos e gozem do respeito e da credibilidade de que necessitam para realizar o seu trabalho.

"Chegou o momento de dar um novo vigor ao multilateralismo e de realizar uma acção verdadeiramente colectiva no seio da Organização das Nações Unidas", declarou, por sua vez, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon.

(continua na página 5)

**Dia Internacional da Paz  
comemorado em Portugal pela Fundação Pro Dignitate  
em cooperação com o UNRIC**

(ver página 18)

## Perigos de proliferação nuclear realçam a necessidade de criar salvaguardas

As preocupações com os perigos de proliferação de armas nucleares revelam a importância do sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), afirmou, a 14 de Setembro, o Secretário-Geral Ban Ki-moon.

Essas preocupações realçam também que é necessária uma adesão universal ao Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), disse Ban Ki-moon, na mensagem por ocasião da abertura da 53ª Conferência Geral da AIEA em Viena.

"Peço a todas as partes que cooperem plenamente com a AIEA, no sentido de resolver as questões susceptíveis de surgir no contexto dos acordos de salvaguardas", afirmou o Secretário-Geral, numa mensagem transmitida por Sérgio Duarte, Alto Representante para os Assuntos de Desarmamento.

Ban Ki-moon pediu ainda aos 25 Estados-Membros partes no TNP que não

possuem armas nucleares e que ainda não assinaram o Protocolo Adicional a fazerem-no antes da Conferência de Revisão do TNP do próximo ano.

"A AIEA possui alicerces sólidos sobre os quais pode desenvolver a sua actividade", disse Ban Ki-moon. "A Agência já conseguiu alargar a cooperação internacional no domínio das utilizações pacíficas da energia nuclear, reduzindo simultaneamente os riscos de proliferação nuclear e de terrorismo".

No seu discurso, o Director-Geral da AIEA, Mohamed ElBaradei, pediu que se conferisse à AIEA "mais autoridade e mais recursos para implementar um sistema de verificação credível e, depois, confiança na validade, objectividade e imparcialidade das suas avaliações e conclusões".

[Para mais informações](#)

## Pessoas mais pobres do mundo merecem uma atenção especial no actual contexto de crises mundiais

Numa situação caracterizada por múltiplas crises mundiais – crises relacionadas com o sistema financeiro, os alimentos e a gripe – as pessoas mais pobres e mais vulneráveis merecem uma atenção especial por parte da comunidade internacional, disse o Secretário-Geral Ban Ki-moon aos líderes mundiais, reunidos nas Nações Unidas.

"Há milhões de pessoas no mundo inteiro que não estão a beneficiar dos rebentos verdes da recuperação de que começamos a ouvir falar em alguns sítios", disse o Secretário-Geral num almoço para os Chefes de Estado e de Governo que se encontram em Nova Iorque a fim de participar no debate anual de alto nível da Assembleia Geral.

"Para essas pessoas, a crise está a acelerar-se. Para elas, não se trata apenas de uma crise, mas de várias, que as estão a atingir simultaneamente, multiplicando as dificuldades e os danos".

"Não estamos preparados para esta combinação tóxica. As redes de segurança internacionais e nacionais estão desgastadas", afirmou. "Não só isso, como sabemos muito pouco sobre aquilo que se está a passar na vida das pessoas mais afectadas".

Como parte do seu compromisso de prestar aos líderes mundiais

informação e análises sólidas, a ONU produziu um novo relatório, intitulado *Voices of the Vulnerable: the Economic Crisis from the Ground Up*, que descreve as formas como a crise está a afectar pessoas e agregados familiares no mundo inteiro.

O Secretário-Geral também deu destaque ao relatório, numa mensagem que dirigiu hoje à **Cimeira Mundial de Liderança Criativa**, em que diz que, embora se comece a falar dos "rebentos verdes" da recuperação, os dados da ONU revelam um panorama diferente.

"Há uma nova crise a alastrar", diz o Secretário-Geral na sua mensagem, que foi transmitida por Amir Dossal, Director Executivo do Gabinete das Nações Unidas para as Parcerias.

"A nossa resposta", disse o Secretário-Geral, "exige acções arrojadas e generosidade, mas também informação de qualidade e actualizada".

[Para mais informações](#)

## Confiança e multilateralismo são essenciais para enfrentar crises de hoje



O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, salientou, hoje, a importância da confiança – tanto entre os Estados como nas Nações Unidas – para enfrentar uma série de crises mundiais, apelando, ao mesmo tempo, a um multilateralismo renovado que produza resultados.

"Pressionado pela crise em várias fontes, o mundo está a começar a compreender, melhor do que nunca, a necessidade de trabalhar em conjunto e em comunhão de intenções", disse Ban Ki-moon, num discurso perante o Simpósio Político do Fórum Europeu de Alpach, na Áustria.

Pediu "um multilateralismo renovado que produza resultados para as pessoas carenciadas", acrescentando: "um multilateralismo em que os países e regiões se unam num espírito de confiança, cooperação e dependência recíproca".

Quer se trate das alterações climáticas quer das crises mundiais relacionadas com os produtos alimentares, o combustível, a gripe ou as questões financeiras, os desafios de hoje fizeram ressaltar a

interdependência dos povos e das nações e a importância do multilateralismo, disse.

Ban Ki-moon considerou as alterações climáticas o grande desafio do multilateralismo, por, a seu ver, constituírem simultaneamente "uma crise de saúde, uma crise energética, uma crise alimentar e uma crise de segurança".

O Secretário-Geral observou que um multilateralismo renovado, eficaz e sério significa também honrar os compromissos, acrescentando que, quando os Estados-membros atribuem um mandato à ONU, devem também dar-lhes os recursos para o realizar integralmente.

Ao mesmo tempo, reconheceu que o cinismo e a complacência têm impedido, com demasiada frequência, a ONU de agir tão cedo ou tão eficazmente como deveria.

[Para mais informações](#)

### MENSAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL

[Dia Internacional da Alfabetização](#)  
8 de Setembro

[Dia Internacional da Democracia](#)  
15 de Setembro

[Dia Internacional de Prevenção da Camada de Ozono](#)  
16 de Setembro

[Dia Internacional da Paz](#)  
21 de Setembro

## A MUDANÇA ANDA NO AR

### Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU

Há duas semanas, visitei o Ártico. Vi o que restava de um glaciar que ainda há poucos anos era uma massa majestosa de gelo. O glaciar desmoronara-se. Não se tinha fundido – havia-se desmoronado. Viajei nove horas de navio desde o povoamento mais setentrional para chegar à orla do gelo polar. Dentro de poucos anos, é possível que aquele mesmo navio possa navegar sem quaisquer obstáculos até ao Pólo Norte. O Ártico poderá perder todo o seu gelo até 2030.

Os cientistas informaram-me das suas conclusões alarmantes. O Ártico é o nosso canário na mina, avisando-nos dos impactos do clima que nos irão afectar a todos. Fiquei alarmado com o ritmo rápido das mudanças que ali estão a ocorrer. Pior ainda, as mudanças no Ártico estão a acelerar o aquecimento global. A fusão do permafrost está a libertar metano, um gás com efeito de estufa vinte vezes mais potente do que o dióxido de carbono. A fusão do gelo da Gronelândia ameaça fazer subir os níveis do mar.

Entretanto, as emissões de gases com efeito de estufa continuam a aumentar.

Por conseguinte, tudo isto me convence ainda mais da necessidade de agirmos – desde já.

Assim, a 22 de Setembro, vou realizar uma cimeira especial sobre as alterações climáticas nas Nações Unidas, para cerca de 100 líderes mundiais – a maior reunião de sempre de Chefes de Estado e de Governo sobre este tema. O desafio colectivo que enfrentam: transformar a crise climática numa oportunidade de promover um crescimento verde mais seguro, mais limpo e sustentável para todos.

A solução está em Copenhaga, onde os governos se reunirão para negociar um novo acordo mundial sobre o clima, em Dezembro. Tenho uma mensagem simples para transmitir aos líderes mundiais: o mundo precisa que promovemos um acordo justo, eficaz e ambicioso em Copenhaga. Se não agirdes, ficaremos a pagar o preço do fracasso durante várias gerações.

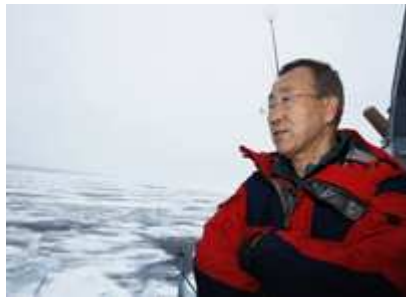
As alterações climáticas são a questão geopolítica dominante do nosso tempo. Obrigam-nos a reformular a equação mundial do desenvolvimento, da paz e da prosperidade. Representam uma ameaça para os mercados, as economias e os avanços no domínio do desenvolvimento. Podem causar o esgotamento das reservas de alimentos e de água, provocar conflitos e gerar migrações, desestabilizar sociedades frágeis e mesmo derrubar governos.

Exagero? Não, segundo os melhores cientistas do mundo. O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas diz que as emissões de gases com efeito de estufa terão de atingir o pico dentro de dez anos, se não quisermos desencadear forças naturais poderosas que começam a escapar ao nosso controlo.

A vida política de muitos participantes na cimeira durará provavelmente mais do que dez

anos. A crise climática vai dar-se durante o seu turno.

Há uma alternativa: o crescimento verde baseado em tecnologias ecológicas e em políticas que promovam níveis baixos de emissões, em vez dos modelos actuais caracterizados por uma grande intensidade de carbono. Muitos pacotes de medidas de estímulo nacionais concebidos na sequência da recessão económica incluem uma forte componente verde, destinada a criar empregos e a colocar os países em posição de terem um desempenho excelente na economia de energias limpas do século XXI.



A mudança anda no ar. A solução reside num acordo mundial sobre o clima destinado a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a limitar o aumento da temperatura mundial a um nível cientificamente seguro. Um acordo que seja um catalisador do crescimento baseado em energias limpas. E o que é mais urgente, um acordo que proteja e ajude aqueles cuja vulnerabilidade perante os impactos inevitáveis do clima é maior.

O que é necessário é vontade política ao mais alto nível – ao nível de presidentes, chefes de governo e primeiros-ministros –, que se traduza em progressos rápidos na sala das negociações. É necessário que haja mais confiança entre as nações, mais imaginação, ambição e cooperação.

Espero que os líderes mundiais arregacem as mangas e falem uns com os outros – e não uns contra os outros. Espero que intensifiquem os esforços com vista a resolver questões políticas fundamentais que, até à data, têm obrigado as negociações mundiais a abrandar e a prosseguir a um ritmo glaciário. Ironicamente, este termo tinha uma conotação de lentidão – até há pouco tempo. Mas os glaciares que vi há semanas no Ártico estão a fundir-se a um ritmo mais rápido do que os progressos dos homens para os preservar.

Temos de colocar os interesses a longo prazo do planeta à frente das conveniências políticas a curto prazo.

Não é necessário resolver todos os pormenores em Copenhaga. Mas um acordo mundial eficaz sobre o clima tem de contar com a participação de todos os países, tem de ser compatível com as suas capacidades e tem

de visar um objectivo comum a longo prazo. Os critérios que é necessário satisfazer para garantir o êxito são os seguintes.

Em primeiro lugar, todos os países têm de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para reduzir as emissões geradas por todas as fontes principais. Os países industrializados têm de reforçar as suas metas de atenuação, que neste momento estão longe daquilo que o IPCC diz ser necessário. Os países em desenvolvimento também têm de abrandar o aumento das suas emissões e acelerar o crescimento verde como parte das suas estratégias de redução da pobreza.

Em segundo lugar, um acordo eficaz tem de ajudar as pessoas mais vulneráveis a adaptarem-se aos impactos inevitáveis das alterações climáticas. Isto é um imperativo ético, para além de ser também um investimento inteligente num mundo mais estável e mais seguro.

Em terceiro lugar, os países em desenvolvimento necessitam de fundos e de tecnologias para poderem avançar mais rapidamente em direcção a um crescimento com um baixo nível de emissões. O acordo deve igualmente mobilizar o investimento privado, nomeadamente através dos mercados do carbono. Em quarto lugar, os recursos têm de ser geridos equitativamente e distribuídos de uma maneira que permita que todos tenham uma palavra a dizer.

Este ano, em Copenhaga, temos uma oportunidade extraordinária de deixar uma marca positiva na história. Uma oportunidade não só de evitar uma calamidade, mas também de lançar um processo de transformação fundamental da economia mundial.

O nosso barco está a ser impelido por um vento político novo e forte. Estão a ser mobilizados milhões de cidadãos. As empresas sensatas estão a traçar um rumo em que as energias limpas desempenham um papel mais importante. Temos de aproveitar o momento e agir arrojadamente em relação às alterações climáticas. Poderemos não ter tão depressa outra oportunidade de o fazer.

A mudança anda no ar. Selemos o acordo, para bem de um futuro melhor para todos nós.

# 63ª. SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

## Presidente da Assembleia pede renovação da ONU, no seu último discurso



No final do seu mandato, o Presidente da 63ª sessão da Assembleia Geral pediu uma total renovação das Nações Unidas, para que possam levar a cabo a sua missão eficazmente.

“O momento de reformar ou consertar a nossa Organização já passou. O que precisamos agora de fazer é reinventá-la e precisamos de o fazer urgentemente”, disse Miguel d’Escoto aos Estados-membros, num discurso em que abordou várias das questões de que a referida sessão da Assembleia se ocupou, nomeadamente a crise

financeira internacional, a ajuda internacional e a reforma do Conselho de Segurança.

“Muito há ainda por fazer, se se pretender que a ONU se torne digna do prestígio, da confiança e da credibilidade de que necessita para realizar eficazmente a sua missão, uma missão que é tão importante no mundo actual”, afirmou.

Miguel d’Escoto citou, entre outros, o reduzido compromisso dos “Estados-membros mais poderosos e influentes” com o primado do direito e com o cumprimento das normas jurídicas consagradas na Carta.

Como primeira medida para reinventar a ONU, Miguel d’Escoto apelou à adopção de uma “Declaração Universal do Bem Comum da Terra e da Humanidade”, que poderia vir a ser a base do projecto de uma nova Carta da Organização.

Declarou que a sua maior frustração durante a presidência fora a situação da Palestina. “A evidente falta de empenhamento na resolução

desta situação é um escândalo que me causou profunda mágoa”.

Disse ainda que considerou “inaceitáveis a passividade e aparente indiferença de alguns membros muito influentes do Conselho de Segurança perante o facto de o bloqueio de Gaza continuar, sem qualquer interrupção, desde há dois anos, em violação flagrante do direito internacional e da resolução do próprio Conselho de Segurança”.

A crise económica e financeira mundial foi uma questão importantíssima no último ano. A Comissão também afirmou que, para fazer o mundo sair da recessão, é necessária uma abordagem coordenada, que congregue não apenas os países do G8 ou do G20, mas o “G192”, que representa todos os Estados-membros da Assembleia.

[Para mais informações](#)

## ONU vai criar organismo único para tratar da questão das mulheres

A Assembleia Geral adoptou, a 14 de Setembro, uma resolução sobre a melhoria da coerência do sistema da ONU. O texto sublinha o apoio dos Estados-membros à criação de um único órgão, dirigido por um Secretário-Geral Adjunto, que trate das questões relativas às mulheres.

A resolução precisa que o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Divisão para a Promoção da Mulher, o Gabinete do Assessor Especial para as Questões de Género e o Instituto das Nações Unidas sobre a Formação e a Investigação Internacional para a Promoção da Mulher (INSTRAW) se irão fundir, para constituir um novo órgão.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon declarou-se “particularmente satisfeito” pelo facto de a Assembleia ter aceitado a sua

proposta, tendo em vista “uma promoção mais sólida” dos direitos das mulheres no seio de uma nova entidade.

“Foi tomada uma medida importante para reforçar o trabalho da ONU no domínio da igualdade de género e para dar empoderar as mulheres, bem como para garantir uma execução eficaz das actividades operacionais a favor do desenvolvimento, um campo que constitui outra componente essencial da resolução”, sublinha a declaração.

A resolução da Assembleia Geral encarrega o Secretário-Geral de apresentar aos Estados-membros uma proposta que defina a missão, a estrutura e o financiamento da nova entidade, a fim de que possa ser criada o mais rapidamente possível.

[Para mais informações](#)

## Assembleia Geral adopta a sua primeira resolução sobre capacidade de proteger

A Assembleia Geral adoptou, hoje, por consenso, a sua primeira resolução sobre a responsabilidade de proteger, uma acção que foi saudada pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon.

“Esta manhã, a Assembleia Geral adoptou a sua primeira resolução sobre a capacidade de proteger, tomando nota do meu relatório sobre a capacidade de proteger (A/63/677)”, congratulou-se Ban Ki-moon, num comunicado. Nessa resolução, a Assembleia Geral “decide prosseguir a sua reflexão sobre a responsabilidade de proteger”.

Segundo Ban Ki-moon, é particularmente significativo que a resolução tenha sido adoptada por consenso. O Secretário-Geral espera, agora, aprofundar o diálogo sobre a melhor maneira de pôr em prática a responsabilidade de proteger, com base no importante debate havido na Assembleia Geral em Julho.

Ban Ki-moon pediu ao seu Conselheiro Especial, Edward Luck, para, em concertação com o Conselheiro Especial sobre a Prevenção do Genocídio, Francis Deng, prosseguir as consultas com os Estados-membros, os organismos e os departamentos pertinentes, as organizações regionais e sub-regionais e a sociedade civil sobre as inúmeras questões relacionadas com a concretização do princípio.

“Em todos os nossos esforços, deveria guiar-nos e unir-nos o objectivo último da responsabilidade de proteger: salvar vidas, impedindo as violações maciças mais flagrantes dos direitos humanos”, disse Ban Ki-moon.

[Para mais informações \(em inglês\) ver GA/10854](#)

## Grupo de peritos da ONU pede novo sistema financeiro mundial

A Comissão de Peritos do Presidente da Assembleia Geral para as Reformas do Sistema Monetário e Financeiro Internacional pediu, a 10 de Setembro, que fosse criado um novo sistema financeiro mundial que não dependesse de uma só moeda de reserva – como o dólar –, um novo mecanismo mundial de crédito, para complementar o Fundo Monetário Internacional (FMI), e um novo conselho mundial de coordenação, mais inclusivo do que o actual G20.

“Não se trata apenas de um problema com a canalização, em que se chama o canalizador para desentupir os canos e tudo volta à normalidade”,

disse o Presidente da Comissão, Joseph Stiglitz.

“Estes problemas reflectem problemas sistémicos mais profundos, que é necessário resolver, e não podemos, nem devemos, regressar ao mundo que existia antes da crise. A crise evidencia muitas deficiências da nossa arquitectura financeira mundial”.

Falou também da necessidade de coordenação das estruturas de regulamentação. “A noção de auto-regulação é, na verdade, bastante absurda. Tornou-se parte do paradigma dominante, mas estava manifestamente errada”.



[Para mais informações](#)

## 64ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

**“A ONU é a via para um futuro melhor”,  
afirmou o novo Presidente da Assembleia Geral ao abrir a sessão**

“A ONU é a via para um futuro melhor”, declarou o Presidente da Assembleia Geral, Ali Treki (Líbia), ao abrir a sua 64ª Sessão anual, a 15 de Setembro, com um discurso em que pediu a reforma das Nações Unidas, nomeadamente um Conselho de Segurança alargado que represente plenamente a diversidade geográfica e uma Assembleia que tenha capacidade de implementar as suas resoluções.

“A Assembleia Geral, que representa o mundo inteiro, tem sido travada pelos obstáculos que encontra no seu caminho”, disse o Dr. Treki. “Não tem podido implementar ou fazer cumprir as suas resoluções. É preciso reformar a Assembleia Geral, para que recupere a sua legitimidade internacional, garantindo que a sua voz é ouvida e respeitada e as suas resoluções, aplicadas”.

Relativamente ao Conselho de Segurança, observou que África compreende 53 Estados, nenhum dos quais é membro permanente do Conselho de Segurança. É também esse o caso da América Latina e do Fórum dos Pequenos Estados, que representam mais de metade dos habitantes do planeta.

“É vital reformar o Conselho de Segurança e revitalizar a Assembleia Geral, para que possam desempenhar plenamente os seus papéis”, declarou.

O Dr. Treki pediu diálogo e compreensão mútua para resolver os problemas e não embargos e bloqueios que não resultam e servem para exacerbar os antagonismos. Referiu também o fosso crescente entre ricos e pobres “Num mundo desigual, não podemos esperar que a paz e a segurança prevaleçam”, disse.

Condenando o terrorismo, pediu que se prestasse muita atenção às suas origens, causas e factores. “O terrorismo de Estado é a forma mais dura de terrorismo”, acrescentou.

Sobre o Médio Oriente, disse: “as aspirações do povo palestino à independência e o seu direito a regressar à sua terra, de acordo com as resoluções das Nações Unidas, são duas condições fundamentais para a rápida realização da paz e da segurança nessa parte do mundo”.

O Dr. Treki pediu também mais esforços em prol da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e medidas que visem a não-proliferação e a eliminação das armas nucleares e de outras armas de destruição maciça.

A Assembleia nomeou os seguintes países para a Comissão de Verificação de Poderes: Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Federação Russa, Jamaica, Filipinas, República Unida da Tanzânia e Zâmbia.

**Discurso proferido pelo  
Presidente da Assembleia  
Geral quando da sua tomada  
de posse****Informação de base sobre a  
Assembleia Geral****Multilateralismo é o único caminho a seguir (continuação)**

“É agora ou nunca. Chegou o momento de restabelecer a unidade das Nações Unidas. A sua unidade de objectivos. A sua unidade de acção”, disse Ban Ki-moon.

“Em primeiro lugar, que este seja o ano em que nós, nações unidas, nos mostrámos à altura do maior desafio que a humanidade enfrenta: a ameaça de alterações climáticas catastróficas”, disse.

“Em segundo lugar, que este seja o ano em que as nações se uniram para livrar o mundo das armas nucleares. Se agirmos agora, conseguiremos as ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares”, declarou.

“Em terceiro lugar, que, na nossa luta contra a pobreza, este seja o ano que nos centrámos nos que foram ficando para trás” e em que ajudámos os “quase pobres”, evitando que se transformassem nos “novos pobres”.

“A ONU é a voz daqueles que a não têm, o defensor dos indefesos. Se quisermos dar verdadeiramente esperança aos que não a têm, se quisermos superar a crise económica, temos de incluir todas as nações e todos os seus cidadãos. Trabalhando em conjunto, é possível conseguir tantas coisas. Estamos aqui, juntos, para correr riscos, para assumir responsabilidades, para nos mostrarmos à altura de uma situação excepcional, para entrar na história”, declarou.

Na sua intervenção, o Presidente americano Barack Obama afirmou: “Estamos num momento crucial. Os Estados Unidos estão dispostos a abrir

um novo capítulo de cooperação internacional, um capítulo que reconhece os direitos e as responsabilidades de todas as nações”.



O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, João Gomes Cravinho, começou por evocar as alterações climáticas. “Combatê-las é um imperativo moral e uma questão de sobrevivência”, disse, lembrando que os primeiros a sofrê-las eram os países e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. “A sua vulnerabilidade faz recair sobre a comunidade internacional uma responsabilidade acrescida”, defendeu.

O Secretário de Estado lembrou a relação especial do seu país com o mar, que explica a importância que Portugal atribui ao desenvolvimento sustentável e a uma gestão sustentável dos oceanos e dos seus recursos.

Relativamente à crise económica e financeira internacional, sublinhou que, também neste caso, as primeiras vítimas eram os países em

desenvolvimento e com economias vulneráveis. “Estamos convencidos de que o sistema financeiro internacional deve guiar-se por princípios de responsabilidade e de transparência e de que é preciso reforçar a sua regulação”, acrescentou. Para Portugal, os países não devem ceder ao proteccionismo e a prioridade deve ser a rápida conclusão do Ciclo de Doha.

João Gomes Cravinho focou os esforços de Portugal no plano internacional, lembrando que o seu país consagra a maior parte da sua ajuda ao desenvolvimento a África.

Saudando os progressos realizados na Guiné-Bissau e em Timor-Leste, dois países lusófonos, salientou o papel cada vez mais importante da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma organização presidida actualmente por Portugal. O Português, falado por 250 milhões de pessoas no mundo, deveria tornar-se numa língua oficial ou de uma língua de trabalho das organizações internacionais, disse o Secretário de Estado.

Sobre a reforma do Conselho de Segurança, interrogou-se sobre se “um Conselho onde o Brasil, a Índia e África não estão representados será um Conselho representativo” e lembrou que o seu país é candidato a um lugar neste órgão, como membro não permanente, em 2011-2012.

[Mais informações sobre o Debate Geral \(em inglês\)](#)

## Conselho de Segurança apela ao desarmamento nuclear, numa resolução adoptada por unanimidade

O Conselho de Segurança, reunido a nível de Chefes de Estado e de Governo, adoptou, a 24 de Setembro, por unanimidade, uma resolução em que apela a todos os Estados para que se tornem partes no Tratado sobre Não-proliferação das Armas Nucleares (TNP) e aos seus membros, para que negociem um desarmamento nuclear.

A histórica reunião, presidida pelo Presidente norte-americano Barack Obama, decorreu, nomeadamente na presença dos Presidentes Nicolas Sarkozy, de França, Hu Jintao, da China, Dmitri Medvedev, da Rússia e do Primeiro-Ministro Gordon Brown, do Reino Unido – os cinco países que detêm oficialmente a arma atómica. O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e o Director da Agência Internacional de Energia Atómica, Mohamed ElBaradei, participaram também na reunião.

A resolução 1887 (2009) apela a “todos os Estados que não são partes no TNP, para que adiram ao mesmo como Estado que não possui a arma nuclear, a fim de se alcançar a adesão universal num futuro próximo”.

Apela também às partes no TNP “para que prossigam negociações de boa fé sobre medidas eficazes relacionadas com a redução dos stocks de armas nucleares e com o desarmamento nuclear”.

Pede ainda a todos os Estados que se abstenham de proceder a ensaios nucleares e que assinem o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBT). Apela à Conferência sobre Desarmamento para que negocie, logo que possível, um tratado que proíba a produção de materiais fisséis para o fabrico de armas nucleares ou de outros materiais nucleares explosivos.

A resolução reafirma a garantia, dada pelos cinco países que dispõem da arma nuclear, de que esta não será utilizada contra os Estados Partes no TNP que a não possuem. Reafirma também os pilares do TNP: a não-proliferação, o uso da energia nuclear para fins pacíficos e o desarmamento.



Retomando as palavras proferidas na Assembleia Geral, o Presidente dos Estados Unidos sublinhou que a ONU fora criada no dealbar da era atómica, em parte porque era preciso conter a capacidade de matar dos homens. “Ainda que tenhamos conseguido evitar um pesadelo nuclear durante a guerra fria, enfrentamos agora uma proliferação de um alcance e de uma complexidade que exige novas estratégias e novas abordagens”, disse. A explosão de uma única arma nuclear numa cidade como Nova Iorque, Moscovo, Tóquio, Beijing, Londres ou Paris poderia matar centenas de milhares de pessoas e desestabilizaria a nossa segurança, as nossas economia e o nosso modo de vida, afirmou. A ONU tem um papel crucial a desempenhar para evitar tais crises, assegurou Barack Obama, que acrescentou que a resolução

histórica que acabava de ser adoptada demonstrava o compromisso comum a favor do objectivo de um mundo sem armas nucleares.

“O desarmamento nuclear é a única via para um mundo mais seguro”, sustentou o Secretário-Geral, que afirmou que o único meio para realizar este objectivo era eliminar totalmente as armas nucleares. Depois de ter citado como exemplo as iniciativas conjuntas de reduzir os seus arsenais, tomadas pela Federação Russa e os Estados Unidos, invocou três imperativos.

Em primeiro lugar, Ban Ki-moon exortou o Conselho de Segurança a manter consultas sobre a transparência em relação aos programas de armamento dos Estados detentores da arma nuclear.

Em segundo, pediu aos Estados-membros que fizessem o melhor uso possível do mecanismo de desarmamento da ONU, expressando o desejo de que a Conferência sobre Desarmamento implemente o programa de trabalho adoptado este ano e se empenhe na negociação de um tratado de proibição da produção de matérias fisséis para fins militares.

Por último, o Conselho de Segurança poderia promover a universalidade dos principais tratados, assegurar o seu seguimento e avaliar a pertinência de novos acordos como a criação de uma convenção sobre armas nucleares. “O Conselho poderia também reafirmar energicamente a necessidade da entrada em vigor do CTBT”.

## Conferência de alto nível para promover a proibição total de ensaios nucleares

A Conferência destinada a Facilitar a Entrada em Vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares abriu, na Sede da ONU, em Nova Iorque, a 24 de Setembro, com um número de participantes de alto nível sem precedentes. Representantes de 103 Estados – 86 Estados que já ratificaram o Tratado, 13 Estados signatários e 2 Estados não signatários. Entre os 13 Estados signatários incluem-se seis cuja ratificação é necessária para o Tratado poder entrar em vigor: China, Egipto, Indonésia, Irão, Israel e Estados Unidos. Os dois Estados não signatários são a Arábia Saudita e Trindade e Tobago.

A Declaração Final, redigida em termos vigorosos, foi adoptada por consenso e apela aos Estados que ainda não o fizeram para que assinem e ratifiquem o CTBT. Foi lançado um apelo especial aos Estados cuja ratificação é necessária para o Tratado se tornar um instrumento juridicamente vinculativo.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon, que é o depositário do CTBT, anunciou que a Declaração Final fora adoptada por unanimidade, à entrada do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mesmo antes do início da reunião de alto nível desta órgão sobre a não-proliferação e o desarmamento nucleares. Ban Ki-moon estava acompanhado dos co-presidentes da conferência, os ministros dos Negócios Estrangeiros francês e marroquino, Bernard Kouchner e Taib Fassi Fihri,

o Mensageiro da Paz das Nações Unidas, Michael Douglas, e o Secretário Executivo da CTBTO, Tibor Tóth.



A conferência sobre o CTBT terminou, a 25 de Setembro, com uma declaração de Jessica Mathews, Presidente da Carnegie Endowment, que falou em nome de 40 organizações não governamentais do mundo inteiro. “A entrada em vigor do CTBT é vital e urgente”, afirmou Jessica Mathews acrescentando que “a proliferação nuclear é a maior ameaça à segurança do século XXI e a sua entrada em vigor é uma condição absolutamente necessária das medidas que têm sido tomadas para colmatar as lacunas perigosas do regime de não proliferação”.

“Há um novo movimento a favor da paz”, disse Ban Ki-moon na abertura da Conferência “Mas este dinamismo é raro. Há que aproveitá-lo”.

Até à data, o CTBT, que Ban Ki-moon caracterizou como o “elemento fundamental” para libertar o mundo das armas nucleares, tem 181 signatários e o número de ratificações atingiu os 150, graças à recente decisão São Vicente e Granadinas.

Ban Ki-moon manifestou a esperança de que a próxima reunião se destine a “celebrar a entrada em vigor do tratado e a entrada do mundo numa era mais segura para todos”.

Michael Douglas, Mensageiro da Paz das Nações Unidas e vencedor de um Óscar da Academia, também usou da palavra na conferência de hoje, tendo dito aos jornalistas, depois do evento, que “há um novo vento a soprar” a favor do desarmamento. Douglas disse estar a falar “em nome de pessoas que não são diplomatas e sentem o novo dinamismo” que se está a gerar com vista a alcançar a paz.

## Afganistão: ONU saúda acordo que abre caminho para certificação dos resultados das eleições

Saudando o anúncio de um acordo que visa solucionar os problemas relativos às eleições presidenciais afegãs antes de certificar os seus resultados, o Enviado Especial das Nações Unidas ao Afeganistão afirmou, a 21 de Setembro, que o povo desta nação do Sul da Ásia deve ser informado dos resultados finais das eleições tão rapidamente quanto possível.

Kai Eide, Representante Especial do Secretário-Geral para o Afeganistão, disse, num comunicado divulgado hoje, que a cooperação entre a Comissão Eleitoral Independente afegã (IEC) e a Comissão de Queixas Eleitorais (ECC) é essencial para chegar a um resultado credível.

“O povo afegão precisa de saber os resultados destas eleições sem mais demora, nomeadamente a decisão sobre a eventual necessidade de uma segunda volta das eleições”, disse Kai Eide, apelando aos dois órgãos mencionados para que acelerem a divulgação dos resultados, respeitando plenamente as normas internacionais e a necessidade de transparência.



“Os resultados das eleições deverão reflectir a vontade do povo afegão”, disse o Representante do Secretário-Geral para o Afeganistão que ocupa também o cargo de Chefe da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA).

Na semana anterior, o Secretário-Geral Ban Ki-moon saudou a proposta de realização de uma conferência internacional, sob os auspícios da ONU, uma vez que vê com preocupação a situação de

constante instabilidade e insegurança actual no país, apesar da assistência em grande escala prestada desde a queda do regime talibã, em 2001.

Ban Ki-moon disse aos jornalistas que o candidato presidencial eleito pelo povo afegão nas eleições que tiveram lugar no mês passado terá de ser “credível e transparente” e terá de assumir uma “liderança forte caracterizada por uma boa governação”.

No início deste mês, Kai Eide apelou às autoridades eleitorais nacionais, para que assegurassem a integridade das eleições presidenciais e dos conselhos provinciais que decorreram em Agosto, dadas as dúvidas surgidas sobre a existência de irregularidades no exercício do direito de voto.

## Timor-Leste comemorou 10º. aniversário da consulta popular organizada pela ONU

Sob o lema “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”, Timor-Leste celebrou, no passado dia 30 de Agosto, o 10º Aniversário da Consulta Popular organizada pelas Nações Unidas e que conduziu à autodeterminação do povo timorense.



Durante a cerimónia oficial, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, Atul Khare, foi condecorado pelo Presidente da República, José Ramos-Horta, pelo seu contributo significativo a favor de Timor-Leste e dos Timorenses. Atul Khare disse estar satisfeito com os progressos do jovem país ao longo dos dez anos que se seguiram à consulta popular. Debruçando-se sobre o papel da ONU, considera que a ONU é “apenas um parceiro de Timor, no esforço de desenvolvimento do país, tal como Portugal”.

Na sua intervenção, o Representante Especial chamou a atenção para o facto de, em 2009, se comemorar também o décimo aniversário da presença formal das Nações Unidas em Timor-Leste, lembrando que, a 5 de Maio de 1999, foi assinado em Nova Iorque o acordo que abriram caminho para a Consulta Popular. “Apesar dos desafios, muitos deles inevitáveis, o povo timorense e os seus líderes têm demonstrado um compromisso constante com os princípios fundamentais de uma sociedade aberta, livre e estável, guiada pela democracia, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos”, reconheceu Atul Khare. Insistindo em que é preciso

consolidar os avanços, porque criar uma sociedade estável e resiliente é uma tarefa muito difícil, a longo prazo, disse: “Temos de ser pacientes e continuar a ajudar o povo de Timor-Leste nos seus esforços para construir um país próspero, empenhado no desenvolvimento e em melhorar as condições de vida do seu povo, em especial dos pobres e dos mais vulneráveis”.

Na mesma cerimónia, foram agraciados com o Colar da Ordem de Timor-Leste o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e o ex-Primeiro-Ministro António Guterres, que actualmente desempenha as funções de Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. A Jaime Gama, o Chefe de Estado de Timor-Leste, José Ramos Horta, agradeceu o seu empenho na assinatura do acordo de Nova Iorque, a 5 de Maio de 1999. A António Guterres expressou o reconhecimento por ter tornado Timor-Leste uma causa sua e do seu país. Ramos-Horta destacou o papel crucial de Portugal na mobilização da comunidade internacional e sublinhou: “Portugal esteve ao nosso lado durante vinte e quatro anos da nossa luta solidária pela independência. Com determinação, coragem e dignidade, desafiou os países seus amigos e aliados que eram indiferentes”.

Foram também distinguidas, pelo seu profissionalismo e dedicação, as portuguesas Ana Gomes (Embaixadora e eurodeputada), com a Insignia da Ordem de Timor-Leste, e Sónia Neto (Chefe de Gabinete do Ministro Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, de 2001 a 2006, Conselheira do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, de 2007 a 2008, e actual Conselheira do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso), a quem foi concedida a Medalha de Mérito.

O Presidente da República de Timor-Leste anunciou ainda, no seu discurso, que o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon e o então Presidente de Portugal Jorge Sampaio irão ser agraciados, num momento posterior, com o Grande Colar da Ordem de Timor-Leste.

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, transmitiu ao povo timorense as suas felicitações nesse “aniversário histórico” através de uma mensagem vídeo, na qual sublinhou que “Timor mostrou ao mundo que a democracia é a melhor via para a paz e o desenvolvimento”.

Segundo Ban Ki-moon “os progressos de Timor-Leste ilustram, uma vez mais, a capacidade de alterar a história por meios pacíficos”. O Secretário-Geral, que reafirmou a importância atribuída pelas Nações Unidas à parceria com o país, prometeu: “Continuaremos a apoiar os vossos esforços para construir uma sociedade próspera e inclusiva, baseada na democracia, no Estado de direito, na dignidade humana e no respeito pelos direitos humanos de todos os Timorenses”.



## MÉDIO ORIENTE

**Enviado da ONU apela a Israelitas e Palestinos para que renovem esforços a favor da paz**

O Coordenador Especial do Processo de Paz no Médio Oriente, Robert Serry, exortou os líderes israelitas e palestinos a aproveitarem a oportunidade proporcionada pelas reuniões de alto nível, em Nova Iorque, para renovar o processo político.

“Este é o momento para assumir os compromissos necessários para relançar as negociações e as prosseguir até alcançar uma solução baseada na existência de dois Estados e uma paz justa, duradoura e global na região”, declarou, durante uma reunião do Conselho de Segurança, a 17 de Setembro.

Robert Serry afirmou que hoje existe uma Autoridade Palestiniana que é mais do que um parceiro para a paz. “Temos um actor, disposto a

assumir as suas responsabilidades, determinado a insistir nos seus direitos e que necessita desesperadamente de apoio – de Israel, da região e do mundo.

Saudou a continuação das reformas introduzidas pela Autoridade Palestiniana e informou que o crescimento económico aumentara 5,4%, desde Maio de 2009. “No entanto, as necessidades orçamentais não estão a ser satisfeitas”, disse, sublinhando que o apoio financeiro dos doadores continua a ser vital para evitar a escassez de liquidez que poderia travar a execução do programa de reformas da Autoridade Palestiniana.

“A situação em Gaza mantém-se instável e isso não é do interesse de ninguém”, afirmou o Coordenador, que apelou ao fim da violência e ao pleno respeito do direito internacional pelas duas partes.

[Para mais informações](#)

**Quarteto deseja recomeço imediato das negociações**

O Quarteto para o Médio Oriente, reunido em Nova Iorque, saudou, os recentes encontros entre os Estados Unidos e as partes israelita e palestina, mas formulou o desejo de um recomeço imediato das negociações bilaterais.

“O Quarteto partilha o sentimento de urgência expresso pelo Presidente Obama e apoia integralmente as medidas propostas na sua declaração à Assembleia Geral, a 22 de Setembro”, afirma o Quarteto, numa declaração publicada no final da reunião, a 24 de Setembro.

O Quarteto apela também “aos Israelitas e aos Palestinos para que ajam no sentido de pôr em prática os acordos e obrigações anteriores”, sem esperar reciprocidade, “a fim de criar as condições necessárias para o recomeço das negociações num futuro próximo”.

O Quarteto exorta o Governo israelita a congelar todas as actividades de colonização, incluindo o crescimento natural dos colonatos existentes, e a abster-se de provocações em Jerusalém Oriental. Apela à Autoridade Palestiniana, para

que continue a desenvolver todos os esforços possíveis para melhorar a ordem pública, lutar contra os extremistas violentos e pôr fim à incitação à violência.

A declaração expressa também a necessidade de melhorar a situação económica e regista a melhoria das condições na Cisjordânia.

Participaram nesta reunião em Nova Iorque o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Sergei Lavrov, a Secretária de Estado norte-americana, Hillary Rodham Clinton, o Alto Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança Comum, a Comissária Europeia para as Relações Externas, Benita Ferrero-Waldner, o Ministro sueco dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt, em nome da Presidência da União Europeia, bem como o Enviado Especial do Quarteto, Tony Blair, e o Enviado Especial dos Estados Unidos para o Médio Oriente, George Mitchell.

**Serra Leoa: Conselho de Segurança prolonga mandato do UNIPSIL**

O Conselho de Segurança decidiu prolongar por mais um ano, até 30 de Setembro de 2010, o mandato do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Serra Leoa (UNIPSIL).

Nos termos da resolução 1886 (2009), adoptada por unanimidade, a 15 de Setembro, o Conselho sublinha a importância de o UNIPSIL e a equipa de país das Nações Unidas poderem concretizar em conjunto os objectivos da visão comum da Organização, apoiando o Governo da Serra Leoa na sua acção destinada a implementar a reforma constitucional, reforçar as capacidades da polícia, a lutar contra a corrupção, o tráfico de droga e a criminalidade organizada e a reduzir o desemprego dos jovens, bem como a preparar as eleições de 2012.

O Conselho de Segurança apoia o Representante Executivo do Secretário Geral, Michael von der Schulenburg, na prossecução das acções que visam incrementar a integração e a eficácia dos esforços que as Nações Unidas desenvolvem no terreno para implementar a Visão Comum e as prioridades do Governo e do povo serra-leonês em matéria de avaliação das necessidades e de desenvolvimento.

Pela resolução 1886, o Conselho de Segurança sublinha que é sobre o Governo da Serra Leoa que recai a responsabilidade pela consolidação da paz, a segurança e o desenvolvimento a longo prazo do país. O Conselho de Segurança incita também o Governo a continuar a executar o Programa para a Mudança e apela à Comissão para a Consolidação da Paz, para que acompanhe atentamente a evolução da situação. O Conselho de Segurança exorta também os doadores internacionais actuais e futuros a apoiarem o Governo da Serra Leoa.

**Ban Ki-moon promete apoio ao processo de paz na Guiné-Bissau**

Por ocasião da tomada de posse do recém-eleito Presidente da Guiné-Bissau, Ban Ki-moon prometeu o apoio das Nações Unidas à paz e ao desenvolvimento no país.

Num comunicado, Ban Ki-moon afirmou que a tomada de posse de Malam Bacai Sanhá, membro do partido no poder (PAIGC), que venceu Kumba Ialá, candidato do principal partido da oposição (PRS), na segunda volta das eleições presidenciais, constituía “o virar de uma nova página na história deste país da África Ocidental”.

“O Secretário-Geral reitera o apoio das Nações Unidas à consolidação da paz e à promoção do desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau”, diz o mesmo comunicado. “Ban Ki-moon está confiante em que o

povo e os líderes guineenses continuarão a envidar esforços para fortalecer a democracia e promover o respeito pelo Estado de direito no país, com o apoio dos parceiros internacionais”.

## Iémen: apelo a doadores ainda não teve eco financeiro



O apelo urgente, lançado aos doadores internacionais para obter 23,5 milhões de dólares a favor do Iémen, onde dezenas de milhar de pessoas estão deslocadas por causa dos combates no Norte do país entre os rebeldes Al Houthi e as forças governamentais, não recebeu qualquer financiamento até à data, lamentou, a 11 de Setembro, o Gabinete de Coordenação dos Assuntos humanitários (OCHA).

Algumas das agências das Nações Unidas estão a utilizar o dinheiro do Fundo Central de Resposta a Situações de Emergência (CERF) para financiar as suas operações humanitárias. Enquanto aguarda uma resposta dos doadores ao apelo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) aprovou um empréstimo de 2,5 milhões de dólares para as actividades urgentes no Iémen, precisou o OCHA.

“Apesar da dificuldade em obter números precisos, estimamos que haja actualmente cerca de 150 000 deslocados no Iémen. Este número inclui as 95 000 pessoas afectadas pelos confrontos esporádicos anteriores e as 55 000 atingidas pelos intensos combates que se registam desde Julho de 2009”, informava um comunicado do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), a 2 de Setembro.

Foi levada a cabo uma avaliação rápida das necessidades nas regiões de Sa'ada, Hajjah, Amran e Al-Jawf e, entre outras prioridades, citam-se a alimentação e a luta contra a malnutrição, a saúde, a água, o saneamento e a higiene, o abrigo e outros bens não alimentares, como a educação e a protecção. Na região de Amran, por exemplo, 68% das crianças sofrem de atrasos no seu desenvolvimento e há também epidemias de sarampo e doenças diarreicas.

## Seiscentas mil pessoas atingidas pelas inundações na África Ocidental



Cerca de 600 000 pessoas foram atingidas pelas inundações provocadas pelas chuvas torrenciais que atingiram a África Ocidental desde Junho e causaram a morte a 159 pessoas, nomeadamente na Serra Leoa, informou, a 8 de Setembro, o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA). Os países mais atingidos são o Senegal, o Burquina-Faso, o Gana, o Níger e a Serra Leoa.

Da Mauritânia à Nigéria, os prejuízos incluem a destruição de bens públicos e privados, construções e infra-estruturas como as estradas. No Burquina Faso, o hospital universitário Yalgado Ouedraogo perdeu muitos medicamentos e parte do equipamento.

Uma equipa das Nações Unidas encarregue de avaliar os prejuízos

chegou à capital do Burquina Faso, Uagadugu, a 4 de Setembro, para ajudar as autoridades que tinham lançado um apelo à ajuda internacional. No Níger, a cidade de Agadés perdeu perto de 400 hectares de culturas e centenas de cabeças de gado.

“A situação é muito preocupante, pois fragiliza ainda mais populações já pobres. As catástrofes naturais têm consequências a longo prazo e o seu impacto far-se-á sentir nas próximas décadas, sobretudo em matéria de retrocessos na luta contra a pobreza”, declarou o director do Escritório do OCHA para a África Ocidental, Hervé Ludovic.

Já em 2007, 300 pessoas morreram e outras 800 000 foram atingidas pelas chuvas torrenciais na África Ocidental. Esta região do mundo poderá pagar um preço humano muito elevado devido aos efeitos das alterações climáticas, sublinha o OCHA.

## RDC: trabalhadores humanitários são cada vez mais alvo de ataques

O número de incidentes de que são alvo os trabalhadores humanitários que operam na província de Kivu Norte, no Leste da República Democrática do Congo (RDC), aumentou 26%, no decurso dos seis primeiros meses do ano, e esses ataques estão a tornar-se cada vez mais violentos, segundo um relatório das Nações Unidas divulgado a 16 de Setembro.

Mas, enquanto os grupos armados foram responsáveis pela maior parte dos actos criminosos cometidos no ano passado, os bandidos foram responsáveis pela maior parte dos incidentes de segurança ocorridos em 2009, segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), o qual acrescentou que ninguém até à data foi processado por esses crimes.

“Na cidade de Goma (capital da província), registou-se um aumento de 44% desde Janeiro de 2009, em comparação com

o mesmo período de 2008”, acrescentou. “O nível de violência contra as pessoas nesses ataques também se intensificou, criando um ambiente inquietante para os trabalhadores humanitários”.

Mais de 80% dos actos criminosos cometidos em Goma tiveram lugar ao anoitecer ou durante a noite, enquanto 91% dos incidentes de segurança nas zonas rurais ocorreram durante o dia, esclareceu o OCHA.

Na sua maioria, os incidentes foram descritos como actividades criminosas, mas alguns desses actos foram também atribuídos às forças de segurança congoleesas.

## UNRWA comemora 60 anos



Dirigentes do mundo inteiro participaram numa comemoração a alto nível do sexagésimo aniversário do Organismo de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados Palestinos no Próximo Oriente (UNRWA) que decorreu, a 24 de Setembro, paralelamente à Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque.

A Comissária-Geral do UNRWA, Karen AbuZayd, considerou que esta comemoração constitui “uma ocasião para perguntar por que razão, após 60 anos de exílio e de expropriação, milhões de refugiados continuam a não ter um Estado”. O UNRWA foi criado para prestar assistência humanitária após a guerra israelo-árabe de 1948.

“Numa altura em que se multiplicam as discussões sobre um possível acordo de paz, empenhamo-nos de novo em encontrar uma solução que

permita resolver a trágica situação dos refugiados”, afirmou AbuZayd.

Segundo o Secretário-Geral Ban Ki-moon, o UNRWA é “não apenas uma bóia de salvação mas também um símbolo da determinação da comunidade internacional em pôr fim ao estado de incerteza em que se encontram os refugiados palestinianos”.

O organismo presta serviços em domínios como a educação, a saúde, o microcrédito e outras formas de ajuda a cerca de 4,6 milhões de refugiados que vivem na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, na Jordânia, no Líbano e na Síria.

Na semana passada, a Sra. AbuZayd preveniu que a UNRWA poderá não estar em condições de pagar os salários dos 29 000 funcionários até ao fim do ano, devido a uma crise de financiamento. Apela aos Estados-membros da ONU para que contribuam mais generosamente do que nunca para as actividades do organismo.

## CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

## Um ano terrível para as crianças em conflitos armados



“Este foi um ano terrível para as crianças que vivem em situações de conflito armado no mundo. Conflitos violentos em Gaza, no Sri Lanca, no Paquistão, na República Democrática do Congo, no Iraque ou no Afeganistão fizeram numerosas vítimas e provocaram deslocamentos maciços de populações, sobretudo crianças”, afirmou, perante o Conselho de Direitos Humanos, a Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e os Conflitos Armados, Radhika Coomaraswamy

Segundo a Representante Especial, para pôr termo às violações graves dos direitos das crianças, a luta contra a impunidade e a responsabilização dos seus autores devem

continuar a ser uma prioridade absoluta para a comunidade internacional. Congratulou-se com certos avanços notáveis, como a libertação de numerosas crianças-soldado e a adopção, por unanimidade, pelo Conselho de Segurança, da resolução 1882, a 4 de Agosto de 2009, que permite passar para uma nova fase em matéria de protecção das crianças.

“As acções levadas a cabo a nível internacional devem, no entanto, apoiar-se em mecanismos judiciais a nível nacional. Isso implica a investigação e a acusação dos responsáveis por violações graves dos direitos das crianças bem como reformas das legislações nacionais em matéria de protecção da infância, de acordo com as normas internacionais”, sublinhou Radhika Coomaraswamy.

[Para mais informações](#)

## Lutar contra impunidade e discriminação são prioridades da ONU, afirmou Navi Pillay



Lutar contra a impunidade e a discriminação é uma prioridade da ONU, lembrou a Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, na 12ª. sessão do Conselho de Direitos Humanos.

“Eliminar a discriminação é um dever da maior importância”, disse Navi Pillay, que chamou a atenção para o enorme fosso entre as “nobres promessas” feitas pelos Estados e as realidades da vida quotidiana de muitos cidadãos. Na sua opinião, nenhum país é imune a violações de direitos humanos.

Navi Pillay, que acaba de chegar ao fim do seu primeiro ano à frente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, citou 17 países europeus onde existe violência e discriminação contra os ciganos, que vão

desde ataques mortíferos à brutalidade policial passando por expulsões e discriminação sistemática.

A Alta-Comissária sublinhou também o facto de os direitos das mulheres continuarem a ser negados ou a encontrar entraves em inúmeros países.

Navi Pillay apelou à luta contra a tendência mundial dos governos ou outras forças com poder para perseguir ou mesmo matar adversários e dissidentes pacíficos. Em demasiados países, os defensores de direitos humanos, jornalistas e dissidentes correm o risco de sequestro, detenção arbitrária, tortura e até morte por defenderem os seus direitos e liberdades e os das comunidades que servem ou representam. Citou, nomeadamente a “detenção injusta e arbitrária” da líder da oposição em Mianmar, Aung Sang Suu Kyi, e de mais de 2000 presos políticos.

[Para mais informações](#)

## Violência sexual contra crianças é agora uma característica fundamental dos conflitos armados, segundo relatório da ONU

A violação generalizada e sistemática de raparigas em zonas de guerra é, cada vez mais, uma característica dos conflitos em muitas partes do mundo, avisou Radhika Coomaraswamy, Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e Conflitos Armados.

“Essas violações são, com frequência, cometidas num vazio de legalidade, em consequência do conflito, e prevalece, em muitos casos, uma cultura de impunidade em relação à prática desses crimes”, afirmou Radhika Coomaraswamy.

O medo de represálias e os tabus culturais que rodeiam tais crimes figuram entre os obstáculos à recolha de informações sobre os incidentes e à compreensão da magnitude da violência sexual contra crianças bem como à apresentação dos seus autores à justiça.

Radhika Coomaraswamy salientou alguns trabalhos de investigação que mostram que os rapazes também são vulneráveis à

violência sexual, especialmente durante as operações militares em zonas civis ou durante a conscrição militar ou sequestros para integração em forças paramilitares. Essa vulnerabilidade ocorre também em campos de refugiados e de deslocados internos e em prisões.

A Representante Especial sublinhou a importância de proteger as escolas e de assegurar a educação em situações de emergência e de conflito e mencionou uma tendência táctica crescente para visar alunos, professores e estabelecimentos de ensino.

Lembrou que, de acordo com o direito internacional humanitário, os ataques contra escolas são considerados violações graves de direitos humanos. Obrigar os responsáveis a prestarem contas pelos seus actos é fundamental para que as escolas continuem a ser um refúgio seguro.

[Para mais informações](#)

## Gaza: missão da ONU tem provas de que foram cometidos crimes de guerra pelas duas partes



[lançados por grupos armados em Gaza] foram deliberados e se destinavam a causar perdas em vidas humanas, fazer feridos entre os civis e causar danos em infra-estruturas civis”. “A missão concluiu que essas acções constituíam igualmente crimes de guerra graves e talvez crimes contra a humanidade”.

A missão de apuramento de factos das Nações Unidas sobre o conflito em Gaza, no início de 2009, encontrou provas de que as forças israelitas e os militantes palestinos cometeram crimes de guerra graves e violações do direito humanitário que poderiam ser consideradas como crimes contra a humanidade.

“Chegámos à conclusão, com base nos factos que apurámos, de que há provas sólidas de violações graves do direito internacional, tanto do direito humanitário como do direito de direitos humanos, por parte de Israel, durante as operações militares em Gaza”, declarou o chefe da missão, o Juiz Richard Goldstone, num encontro com a imprensa, a 16 de Setembro. “A missão concluiu que as forças de defesa israelitas cometeram crimes de guerra e talvez também crimes contra a humanidade”, disse.

A missão concluiu que “não há dúvida de que os foguetes e morteiros

O relatório, que será apresentado ao Conselho de Direitos Humanos, a 29 de Setembro, recomendou que o Conselho de Segurança peça a Israel que tome medidas para iniciar os inquéritos independentes apropriados. Apelou também ao Conselho de Segurança para que nomeie um comité de peritos encarregado de acompanhar as medidas tomadas pelo Governo israelita. Apelou ainda ao Conselho de Segurança, para que peça ao comité de peritos que desempenhe o mesmo papel em relação às autoridades palestinas pertinentes.

[Para mais informações](#)

## Ban Ki-moon apela à acção para pôr fim à violência e maus tratos sofridos pelas mulheres



Se tivesse de descrever a natureza diversa da população do mundo, “teria de explicar que metade dessas pessoas é sujeita a maus tratos e discriminação,” disse Ban Ki-moon, por ocasião do lançamento, na sede da ONU, em Nova Iorque, da obra *Half the Sky*, um livro escrito por Nicholas Kristof, colunista do *New York Times*, e por Sheryl WuDunn, vencedora do Prémio Pulitzer, que retrata a violência e outros maus tratos que as mulheres sofrem à escala mundial e propõe medidas para combater o flagelo.

Às mulheres é negado o direito de “manifestarem os seus pontos de vista, vestirem o que querem, ou apostarem na sua educação ou numa carreira,” afirmou o Secretário-Geral, que acrescentou

que “são queimadas vivas ou desfiguradas com ácido e os perpetradores ficam impunes ou condenados a uma pena insignificante.”

Ban Ki-moon referiu que, apesar dos avanços tecnológicos do mundo moderno, é demasiado frequente as mulheres sucumbirem a doenças facilmente evitáveis ou durante o parto. “As baixas entre as mulheres superam as que são causadas pela maior parte das guerras, [e] os custos envolvidos são demasiado elevados para lhes ser atribuído um número.”

“Só quando nos erguermos em defesa dos direitos fundamentais em todo o lado, poderemos esperar conseguir uma mudança duradoura,” declarou o Secretário-Geral.

[Para mais informações](#)

## RDC: dois novos relatórios da ONU revelam possíveis crimes de guerra



Dois novos relatórios da ONU, publicados a 9 de Setembro, revelam uma série de violações de direitos humanos cometidas no final de 2008, no Leste da República Democrática do Congo (RDC) pelas forças governamentais e pelas milícias do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), incluindo possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Segundo a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay, os dois relatórios mostram quão urgente é que o Governo congolês e a comunidade internacional procedam a “reformas essenciais” do sistema judicial e do sector da segurança do país.

Os dois relatórios, produzidos conjuntamente pela Missão da Organização das Nações Unidas na RDC (MONUC) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, abrangem uma série de acontecimentos que tiveram lugar no

Kivu Norte e no Kivu Sul, entre Outubro e Dezembro de 2008, durante o conflito armado que opôs as forças governamentais (FARDC) e o CNDP, então dirigido por Laurent Nkunda e o seu colaborador, Bosco Ntaganda.

Um dos relatórios incide sobre as acções das forças governamentais, nomeadamente a pilhagem a grande escala bem como as execuções arbitrarias e a violência sexual contra a população de Goma e arredores, a que se entregaram alguns dos seus elementos, quando aquela fugia do avanço das suas forças, no final do mês de Outubro.

A 5 de Novembro, uma semana depois de ter obrigado as tropas governamentais a retirarem e de ter provocado o caos em Goma, o CNDP cometeu uma série de execuções arbitrarias e outras violações de direitos humanos. As suas acções poderiam constituir crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

[Para mais informações](#)

## Turbulência económica exacerbou violência contra as mulheres



com a violência contra as mulheres e as raparigas, incluindo a campanha do Secretário-Geral *UNite to end violence against women*, que apela aos dirigentes mundiais, para que lancem campanhas a nível nacional destinadas a prevenir e eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas, em todas as partes do mundo.

O flagelo da violência contra as mulheres agravou-se, em consequência da crise financeira do ano passado, disse a Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro, que exortou alguns dos países mais ricos do mundo a darem o exemplo, convertendo em resultados concretos as inúmeras promessas internacionais de apoiar as mulheres e as raparigas.

Num discurso proferido numa conferência a nível ministerial sobre violência contra as mulheres, que se realizou em Roma, sob os auspícios da Presidência italiana do Grupo dos Oito (G8), Asha-Rose Migiro afirmou que há provas de que, em período de dificuldades económicas, as mulheres e as raparigas estão expostas a maior risco de violência.

Asha-Rose Migiro expôs à conferência algumas das medidas tomadas pela ONU para acabar

Observou que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de cuja adopção se está prestes a celebrar o trigésimo aniversário, e várias resoluções históricas do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança mostram que a comunidade internacional tem tomado medidas importantes no sentido de proteger as mulheres da violência. “Contudo, até que o pleno significado desses acordos internacionais passe inteiramente do papel para a realidade no terreno, ainda há um longo caminho a percorrer”.

[Para mais informações](#)

## Relatora Especial sobre violência contra as mulheres assume funções

Uma advogada sul-africana e professora na área dos Direitos do Homem, Rashida Manjoo, assumiu, no final de Agosto, as suas novas funções de Relatora Especial das Nações Unidas sobre a violência contra as mulheres, suas causas e consequências.

“A violência contra as mulheres viola não só a dignidade humana mas também o direito à igualdade, à integridade física, à liberdade e à não

discriminação”, afirmou Rashida Manjoo, que foi nomeada pelo Conselho de Direitos Humanos por um período inicial de três anos, em Junho de 2009.

Rashida Manjoo sucede a Yakin Ertürk, da Turquia, que desempenhou as mesmas funções de 2003 a 2009, e a Radhika Coomaraswamy, do Sri Lanka, que ocupou o cargo de 1994 a 2003.

## Os migrantes no mar não são uma carga tóxica

Navi Pillay, Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Os seres humanos que andam à deriva no mar não são uma carga tóxica. Desde tempos imemoriais, o instinto humano foi salvar as vidas que correm perigo, no mar. Mas, hoje, com base na simples presunção de que as embarcações em risco transportam migrantes ou refugiados, os navios passam ao largo e ignoram os pedidos de ajuda. As autoridades portuárias

obrigam-nas a regressar ao mar – onde enfrentarão todos os tipos de perigos e dificuldades, talvez mesmo a morte, como fariam se se tratasse de barcos carregados de resíduos perigosos.

[Texto integral do artigo](#)

## Não se vislumbra fim da crise económica no mundo em desenvolvimento



"As pessoas «quase pobres» estão a tornar-se os «novos pobres», disse a Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro aos jornalistas, em Nova Iorque, por ocasião do lançamento do relatório *Voices of the Vulnerable: the Economic Crisis from the Ground Up*.

"Os trabalhadores dos sectores formal e informal estão a ser duramente afectados, especialmente os da indústria transformadora, comércio e construção", disse. "O desemprego juvenil está a aumentar dramaticamente", acrescentou a Vice-Secretária-Geral. "O número de jovens desempregados aumentou 18,2 milhões ao longo do último ano".

A crise económica mundial continua a lançar milhões das pessoas mais vulneráveis do mundo numa situação de pobreza, fome e morte prematura, adverte um novo relatório das Nações Unidas, realçando que os pobres do mundo em desenvolvimento ainda não estão a beneficiar dos "rebentos verdes" da recuperação.

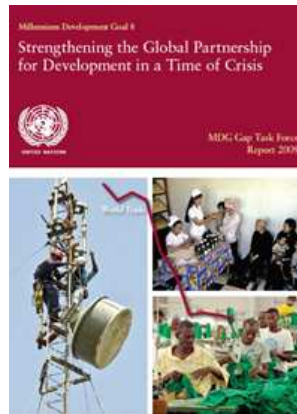
As estimativas indicam que, em consequência da recessão mundial, há mais 100 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza e que o número de desempregados aumentou 61 milhões nos últimos dois anos.

"Muitas das pessoas pobres e vulneráveis estão a ficar sem estratégias de sobrevivência", afirmou. "As crises sucessivas estão a esgotá-las", sublinhou.

O relatório foi preparado no âmbito de uma iniciativa das Nações Unidas denominada Sistema Mundial de Alerta de Impacto e Vulnerabilidade (GIVAS), que foi introduzida para fornecer à comunidade internacional, em tempo real, dados sobre a forma como os choques externos, como por exemplo as crises económicas, estão a afectar o bem-estar de pessoas vulneráveis e pobres.

[Para mais informações](#)

## Grupo de Reflexão sobre Atraso na Realização dos ODM publica relatório



de 35 mil milhões de dólares por ano, e o da ajuda a África, de 20 mil milhões de dólares por ano, segundo estimativas da ONU.

O relatório, intitulado *Strengthening the Global Partnership for Development in a Time of Crisis*, foi elaborado pelo Grupo de Reflexão do Secretário-Geral sobre o Atraso na Realização dos ODM, que reúne mais de 20 organismos da ONU, o FMI, o Banco Mundial, a OMC e a OCDE, e que tem como missão acompanhar os progressos efectuados pela parceria para o desenvolvimento preconizada no Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 8.

Os compromissos assumidos em relação à luta contra a pobreza mundial são mais importantes do que nunca, num mundo que se debate com uma crise económica, alimentar e climática, disse a ONU, num relatório sobre o apoio aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Embora a ajuda ao desenvolvimento tenha aumentado para níveis sem precedentes em 2008, o défice dos fluxos de ajuda anual prometida pelos doadores do Grupo dos Oito em Gleneagles, em 2005, tem sido

[Comunicado de imprensa](#)

## Relatório da ONU aconselha o G20 a não resvalar para políticas comerciais proteccionistas

O grupo das vinte maiores economias (G20) tem-se absteído, em grande medida, de adoptar medidas comerciais ou de investimento proteccionistas como forma de reagir à recessão mundial, diz um novo relatório das Nações Unidas divulgado a 18 de Setembro e que aconselha os líderes do G20 a evitarem políticas restritivas.

O relatório foi elaborado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), em conjunto com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE).

Embora as tendências recentes em termos de políticas "apresentem um panorama tranquilizador", alguns governos do G20 criaram sistemas de apoio nacionais que podem ser discriminatórios em relação a investidores estrangeiros e erguer barreiras ocultas ao investimento no exterior, afirma o relatório.

especialmente os do G20, têm a responsabilidade de empreender acções políticas apropriadas no sentido de garantir que o comércio e o investimento internacional ajudem as economias a recuperar da crise económica de uma forma progressiva", diz o relatório.

"Neste contexto, os líderes do G20 devem empenhar-se mais vigorosamente em abrir os seus mercados e em concretizar o seu apelo à conclusão do Ciclo de Doha em 2010".

O relatório refere que alguns dos pacotes de medidas de estímulo orçamental introduzidos para fazer face às crises económica e financeira mundial contêm elementos que privilegiam os produtos e serviços nacionais em detrimento das importações.

"É urgente que os governos comecem a planear uma estratégia de saída coordenada que permita eliminar esses elementos o mais depressa possível", afirma o relatório.

"Todos os líderes mundiais, [Para mais informações](#)

## Relatório da ONU propõe novo Plano Marshall para promover o desenvolvimento e salvar o planeta



É necessário um novo Plano Marshall de mais de 500 mil milhões de dólares por ano para ajudar os países em desenvolvimento a atenuarem o impacto das alterações climáticas, prosseguindo o seu caminho em direcção ao crescimento económico, afirma *The World Economic and Social Survey 2009: Promoting Development, Saving the Planet*, publicado a 1 de Setembro.

Se não se reduzirem significativamente as emissões de gases com efeito de estufa, os danos causados à economia dos países pobres serão dez vezes superiores aos registados nos países desenvolvidos, preveniu Rob Vos, Director do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA), ao apresentar o relatório.

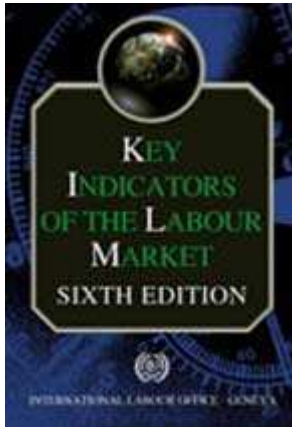
Por cada aumento de 1°C nas temperaturas médias mundiais, o crescimento anual dos países pobres poderia sofrer uma queda de 2 a 3 pontos percentuais, sem que o crescimento dos países ricos fosse minimamente afectado, quando as emissões per capita destes últimos são,

em média, 6 a 7 vezes superiores às dos países em desenvolvimento.

No entanto, para satisfazer as necessidades de desenvolvimento, a procura de energia vai aumentar nos países em desenvolvimento, o que representará um desafio, ao exigir que se concilie a redução das emissões de gases com efeito de estufa com os objectivos económicos.

"Serão necessários ajustamentos colossais nos países desenvolvidos, mas ainda mais nos países em desenvolvimento. A transformação dos serviços energéticos será determinante, devendo ser conjugada com investimentos a longo prazo", afirmou Rob Vos. Ora, as ferramentas necessárias para essa transformação existem, mas o seu custo é, actualmente, proibitivo, exigindo um "nível de apoio internacional e de solidariedade raramente mobilizado fora de um contexto de guerra", sublinha o relatório.

## Organização Internacional do Trabalho (OIT) disponibiliza a 6ª edição do KILM (Key Indicators of the Labour Market)\*



A **KILM** constitui uma obra de referência da OIT, que apresenta 20 indicadores chave sobre o mercado de trabalho, desde o emprego e suas variáveis (estatuto, sector, horários, etc.), o desemprego e as características dos que procuram emprego, a formação, os salários, a produtividade do trabalho e os trabalhadores pobres. No seu conjunto, estes indicadores fornecem uma base sólida para tratar das questões chave relativas ao emprego produtivo e ao trabalho digno.

O KILM foi editado pela 1ª vez há dez anos atrás. Desde então, é considerado um produto essencial da OIT, utilizado quotidianamente por

decisores e investigadores de todo o mundo. A nível nacional, a informação estatística é geralmente recolhida e analisada pelos serviços de estatística e ministérios. A nível global, a OIT desempenha um papel crucial ao reunir e disseminar a informação e análises sobre o mercado de trabalho para a comunidade mundial. Nesta linha, o programa KILM tem claramente cumprido os objectivos fixados em 1999, nomeadamente: 1) apresentar um conjunto de indicadores fundamentais sobre o mercado de trabalho, e 2) melhorar a disponibilidade desses indicadores de forma a monitorizar novas tendências no emprego. Mas isto não é só o que o KILM tem para oferecer – ele evoluiu no sentido de constituir-se como uma ferramenta primária de pesquisa que fornece não só os meios para a análise, i.e., os dados, mas também aconselhamento na interpretação dos indicadores e nas tendências dos dados.

Dado o período de tempo necessário para receber e tratar os dados nacionais sobre o mercado de trabalho e o facto do KILM ser constituído apenas por dados anuais, o último ano para a disponibilidade dos dados é actualmente 2008, e mesmo assim só para um conjunto de países e de indicadores. Isto quer dizer que os quadros individualmente a nível de país não reflectirão a crise económica actual,

cujos sinais começaram a aparecer no Verão de 2008. Dados de 2009 serão disponibilizados como uma actualização em meados de 2010.

Isto não quer dizer que esta ferramenta não deva ser utilizada para avaliar o impacto da crise económica no emprego. De facto, dada a urgência e interesse na informação mais recente, este assunto é tratado especificamente numa secção “*Economic crisis and labour market impacts*”, que actualiza as estimativas e as projecções para 2009, para o desemprego, o emprego vulnerável e os trabalhadores pobres, publicadas noutro estudo da OIT “*Global Employment Trends*”.

Pelo que foi anteriormente referido, e para saber mais sobre o mercado de trabalho a nível mundial, sugerimos uma consulta exaustiva a esta ferramenta, através do link [www.ilo.org/kilm](http://www.ilo.org/kilm)

\* **Colaboração do Escritório da OIT em Lisboa**

### Ban Ki-moon pede financiamento dos cuidados de saúde para reduzir número de mortes maternas

Nenhuma mulher deveria morrer desnecessariamente no parto, com os recursos e a tecnologia disponíveis no mundo, disse o Secretário-Geral Ban Ki-moon, numa reunião de alto nível que decorreu paralelamente à Assembleia Geral.

Todos os anos, mais de meio milhão de mulheres morrem devido a complicações no parto ou durante a gravidez, o que equivale a dizer que morre uma mulher por minuto. Quase todas essas mortes ocorrem no mundo em desenvolvimento. Além disso, morrem por ano 10 milhões de crianças menores de cinco anos.

O Secretário-Geral informou que se tinham registado progressos no domínio da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que consistem em reduzir drasticamente as taxas de mortalidade materna e melhorar a saúde infantil, até 2015.

“Mas ainda temos um longo caminho a percorrer para alcançar uma redução de dois terços das taxas de mortalidade infantil até 2015”, declarou num evento co-organizado pelo Reino

Unido sobre financiamento inovador dos sistemas de saúde. “E temos uma longa estrada a percorrer para reduzir a mortalidade materna”.

Segundo o relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento Internacional Inovador dos Sistemas de Saúde, é necessário um investimento mundial de 36 a 45 mil milhões de dólares para alcançar os ODM relacionados com a saúde, até 2010.

“Estudos sucessivos mostram que investir nas mulheres produz vastos benefícios económicos e sociais”, afirmou Ban Ki-moon. “Dedicar recursos à saúde das mulheres em particular é um dos investimentos mais inteligentes que qualquer sociedade pode fazer”.

### Países do G20 podem salvar até 11 milhões de empregos este ano, segundo Director-Geral da OIT



O grupo dos vinte principais países industrializados, o chamado G20, pode tomar medidas susceptíveis de gerar ou salvar até 11 milhões de empregos nos respectivos países, este ano, afirmou Juan Somavia, Director-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em vésperas da cimeira de dois dias do G20, na cidade americana de Pittsburgh, Juan Somavia disse que aquele organismo das Nações Unidas prevê que a deterioração progressiva do mercado do trabalho a nível mundial conduzirá a um número de desempregados situado entre 219 e 241 milhões, o nível mais elevado de sempre.

“O desemprego continua a ser enorme hoje, devido à crise”, afirmou. “Se as medidas especiais adoptadas forem abrandadas ou suspensas demasiado cedo, a crise de desemprego poderá agravar-se ainda mais. Para pessoas no

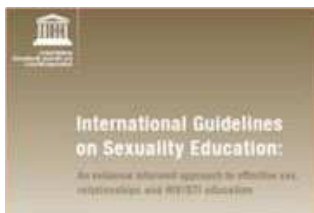
mundo inteiro e, especialmente, para as mais vulneráveis e desfavorecidas, a crise só começará a recuar quando tiverem um emprego digno e uma base mínima de protecção social”.

Juan Somavia advertiu que “uma recuperação sem empregos não será sustentável em termos sociais nem políticos”, sublinhando que a reunião do G20 oferece a oportunidade de reforçar o apoio às políticas destinadas a promover um forte crescimento das economias e do emprego.

“Para isso será necessário estabelecer ligações muito mais fortes entre o investimento, o crescimento e a produtividade, por um lado, e as políticas de emprego, do mercado de trabalho, sociais e ambientais, por outro lado, ligações essas que são a base de um crescimento sustentado e equilibrado no futuro”.

“Embora seja vital estabilizar os mercados financeiros e aumentar a taxa de crescimento da produção, isso não basta”, observou o Director-Geral da OIT. “Há que colocar os mercados financeiros ao serviço da economia real, garantir o fluxo de crédito para as empresas, especialmente as pequenas empresas, e promover a produção e o emprego”.

## UNESCO elabora novas directrizes sobre educação sexual



o mundo. Entre os jovens de 10 a 24 anos, registam-se por ano pelo menos 111 milhões de novos casos de doenças curáveis transmitidas por via sexual e mais de 4,4 milhões de raparigas de 15 a 19 anos tentam abortar, na maioria dos casos em condições pouco seguras.

“De momento, a educação é a melhor arma de que dispomos para enfrentar esses problemas”, afirma Mark Richmond, Director da Divisão de Educação da UNESCO. “Contudo, os dados de que dispomos mostram que um grande número de jovens não tem acesso aos conhecimentos susceptíveis de os ajudar a tomar decisões informadas, evitando assim consequências trágicas”.

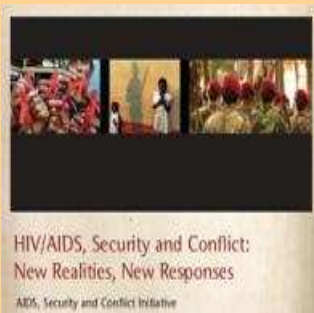
Nanette Ecker, co-autora das directrizes, diz que “se a matemática e as ciências são valorizadas como conhecimentos importantes que os jovens devem adquirir para o seu próprio bem, também se devem valorizar as vantagens de uma educação sexual sólida”.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaborou novas directrizes sobre Educação Sexual (UNESCO) para ajudar os jovens a protegerem-se contra o VIH bem como contra abusos e exploração de carácter sexual.

As *International Guidelines on Sexuality Education*, que não têm carácter obrigatório mas sim voluntário, oferecem aos educadores orientação sobre como as crianças e os jovens de ambos sexos podem adquirir os conhecimentos necessários para prevenir as gravidezes não intencionais e as infecções transmissíveis sexualmente.

Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de cinco milhões de jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, vivem hoje com SIDA em todo

## Relatório identifica factores sociais e políticos que contribuem para propagação da pandemia da SIDA



*Realities, New Responses* – produzido pela AIDS, Security and Conflict Initiative (ASCI), um programa mundial de investigação apoiado pelo ONUSIDA.

Entre as dez maneiras específicas de articular melhor as respostas – nas esferas humanitária, de manutenção da paz e de consolidação da paz – com os riscos do VIH, a ASCI pediu que fosse prestada mais atenção à ligação entre a violência contra as mulheres, o sexo forçado e um risco acrescido de infecção.

O relatório sublinha também que, em muitos países, as leis e as práticas dos organismos responsáveis por fazer cumprir a lei levam a epidemia da SIDA a tornar-se clandestina, ao criminalizarem o uso de drogas injectáveis, as actividades dos trabalhadores do sexo e a homossexualidade, impedindo, assim, o recurso a métodos de prevenção do VIH tais como a troca de seringas e a promoção do uso do preservativo.

[Para mais informações](#)

A violência contra as mulheres, a transição da guerra para a paz e a criminalização do uso de drogas e da homossexualidade são alguns dos factores políticos, económicos e sociais que contribuem para a propagação da pandemia do VIH/SIDA, segundo um relatório apoiado pela ONU, divulgado a 22 de Setembro.

“Estas conclusões sublinham a importância de alinhar os esforços de prevenção da violência sexual e do VIH,” afirmou o Director Executivo do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA), Michel Sidibé a propósito do relatório – *HIV/AIDS, Security and Conflict: New*

## Gripe H1N1: OMS expõe medidas a tomar nas escolas



alunos e os elementos do pessoal que adoecem, quando se encontram na escola.

Embora a OMS não possa formular recomendações específicas a favor ou contra o encerramento de uma escola, dá conselhos de ordem geral.

A OMS expôs, a 11 de Setembro, as medidas que as escolas podem tomar para reduzir o impacto da pandemia de gripe H1N1, retirando ensinamentos de experiências recentes em vários países e de estudos sobre as consequências do encerramento de escolas.

Segundo esta organização, a experiência tem mostrado o papel das escolas na amplificação da transmissão do vírus, tanto nas escolas como nas comunidades. No entanto, não existe uma medida que só por si possa deter ou limitar a transmissão nas escolas, que proporcionam múltiplas oportunidades para a transmissão do vírus.

A OMS continua a recomendar que os alunos e os professores e outros membros do pessoal que não se sintam bem fiquem em casa. Além disso, deveriam existir planos e espaço disponível para isolar os

Observa que o encerramento de uma escola pode ser uma medida dinâmica, destinada a reduzir a transmissão na escola e a propagação no seio da comunidade. O principal benefício em termos de saúde é o abrandamento da propagação da epidemia numa determinada zona. O encerramento de uma escola pode também ser uma medida reactiva, quando, devido ao nível de absentismo, seja difícil fazê-la funcionar.

A OMS sublinha que o momento do encerramento é crucial e que o efeito é mais positivo quando ocorre no início de uma epidemia, em situação ideal antes que 1% da população adoça. Se as escolhas fecharem demasiado tarde, o impacto na transmissão do vírus pode ser limitado.

## UNICEF: taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos continua a baixar



que 8,8 milhões de crianças morram por ano, antes de fazer cinco anos”.

Os novos dados mostram que a mortalidade de crianças menores de cinco anos diminuiu claramente, nos últimos vinte anos, e que esta queda acelerou desde os anos 90. A redução média entre 2000 e 2008 é de 2,3%, face a 1,4% entre 1990 e 2000.

A taxa de mortalidade das crianças menores de cinco anos continuou a baixar, em todo o mundo, em 2008, segundo novas estatísticas publicadas, a 10 de Setembro, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os dados mostram que se passou de 90 mortes por cada 1000 nados vivos, em 1990, para 65, em 2008, o que representa uma redução de 28%. O número de mortes em 2008 baixou para 8,8 milhões, em comparação com 12,5 milhões, em 1990, ano de referência para efeitos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

“Em comparação com 1990, morrem actualmente menos 10 000 crianças por dia”, declarou a Directora Executiva da UNICEF, Ann Veneman. “Embora se tenham registado progressos, é inaceitável

Os peritos de saúde pública atribuem essa queda continuada a uma maior utilização das vacinas, nomeadamente contra a rubéola, das redes mosquiteiras tratadas com insecticida, para prevenir a malária, e de suplementos de vitamina A. As duas principais causas de morte de crianças com menos de cinco anos são a pneumonia e a diarreia, pelo que novas vacinas contra estas doenças poderiam fazer baixar ainda mais a taxa de mortalidade.

[Para mais informações](#)

# ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

## Negociações sobre o clima... (continuação)

Resumindo, numa conferência de imprensa, as conversações mantidas entre os líderes mundiais, Ban Ki-moon observou que houvera convergência sobre cinco questões fundamentais, entre as quais se incluem o reforço das medidas destinadas a ajudar as pessoas mais pobres e vulneráveis a adaptarem-se aos impactos das alterações climáticas, bem como o estabelecimento de metas de redução das emissões para os países industrializados.

Os Chefes de Estado e de Governo também concordaram em que é importante os países em desenvolvimento adoptarem medidas de atenuação, com o apoio necessário, bem como aumentar os recursos financeiros e tecnológicos e criar uma estrutura de governação equitativa.

Os líderes reconheceram o "imperativo científico" de reduzir as emissões em pelo menos 50% em relação aos níveis de 1990, até 2050, e muitos deles realçaram a importância de limitar o aumento das temperaturas mundiais a 2°C.

Na abertura da Cimeira, Ban Ki-moon considerou que as alterações climáticas são "a principal questão geopolítica e económica do século XXI", acrescentando que esta questão nos "obriga a reformular a equação de desenvolvimento e da paz e segurança mundiais".

O Secretário-Geral contestou as afirmações segundo as quais o preço da luta contra o aquecimento global é demasiado elevado. "Essas afirmações estão erradas", disse. "Pelo contrário. Teremos de pagar um preço inaceitável, se não agirmos desde já".

Prosseguindo, pediu aos países desenvolvidos para darem os primeiros passos em frente, mas sublinhou que os países em desenvolvimento também teriam de contribuir. "Todos os países têm de fazer mais – desde já".

Qualquer acordo que venha a ser selado na capital dinamarquesa tem de "assegurar um amplo apoio às pessoas mais vulneráveis", que são as que menos contribuíram para a crise mas estão a

sofrer mais os seus efeitos, sublinhou Ban Ki-moon, que considerou que a adaptação é uma obrigação moral e um imperativo político. "É um investimento inteligente num futuro mais seguro".

O financiamento também é uma componente fundamental, bem como o estabelecimento de uma estrutura de governação mundial equitativa que tenha em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Não "selar o acordo" em Copenhaga será "moralmente imperdoável, economicamente míope e politicamente insensato", declarou o Secretário-Geral.

[Para mais informações \(em inglês\)](#)

### 3ª. Conferência Mundial sobre o Clima cria Quadro Mundial para os Serviços Climatológicos



Os participantes na 3ª. Conferência Mundial sobre o Clima, que reuniu em Genebra, de 31 de Agosto a 4 de Setembro, mais de 2000 climatólogos, profissionais de diversos sectores e decisores, criaram um Quadro Mundial para os Serviços Climatológicos, a fim de "consolidar a produção, a acessibilidade, o fornecimento e a aplicação de serviços e previsões climatológicas com uma base científica".

A Declaração que criou o Quadro Mundial foi adoptada, a 3 de Setembro, por altos responsáveis políticos de mais de 150 países, sob a presidência de Armando Emílio Guebuza, Presidente de Moçambique, e de Moritz Leuenberg, Conselheiro Federal da Confederação Suíça.

"Este dia em que foi decidido tornar os serviços climatológicos acessíveis a todos é um dia histórico", declarou Michel Jarraud, Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que convocou a Conferência. "Mas o trabalho está apenas a começar", disse, acrescentando que a concretização do Quadro Mundial é uma empresa cujo alcance ultrapassa o da 3ª. Conferência sobre o Clima e das negociações de Dezembro, em Copenhaga.

[Para mais informações \(em inglês\)](#)

### Ban Ki-moon pede injeção de fundos para projecto da ONU destinado a reduzir emissões causadas pela desflorestação

O Secretário-Geral Ban Ki-moon pediu uma injeção de fundos para fazer arrancar um projecto das Nações Unidas destinado a combater as alterações climáticas através da criação de incentivos, tendo em vista uma inversão da tendência para a desflorestação.

Quase 20% das emissões mundiais de gases com efeito de estufa – mais do que as do conjunto de todos os automóveis, camiões, navios e aviões – devem-se à desflorestação e à degradação das florestas. Para além de armazenarem mais de um bilião de toneladas do carbono do mundo, as florestas purificam a água, protegem os solos, impedem cheias e secas e são o habitat da maioria das espécies terrestres do mundo.

"Cerca de 1,6 mil milhões de pessoas dependem das florestas, que lhes asseguram o seu sustento e rendimento", disse hoje Ban Ki-moon, num evento relacionado com a iniciativa para a Redução das Emissões causadas pela Desflorestação e pela Degradação das Florestas (ONU-REDD).

"A gestão sustentável das florestas pode criar empregos e proteger os meios de vida dos povos indígenas e das comunidades locais", acrescentou, dirigindo-se aos participantes num encontro de alto nível que decorreu, a 23 de Setembro, paralelamente ao Debate Geral anual da Assembleia Geral. "Qualquer que seja a perspectiva que adoptemos, proteger as florestas do mundo é um bom investimento", insistiu Ban Ki-moon.

A iniciativa UN-REDD, lançada pelo Secretário-Geral, em Setembro passado, destina-se a compensar os países em desenvolvimento pela redução das emissões de CO<sub>2</sub> resultantes da desflorestação e da degradação das florestas.



O projecto, fruto da colaboração entre o PNUA, a FAO e o PNUD, aprovou financiamentos no valor de 18 milhões de dólares em Março, um montante do qual aproximadamente um terço se destina a iniciativas de luta contra desflorestação na República Democrática do Congo, Indonésia, Papuásia-Nova Guiné, Tanzânia e Vietname.

"Agora, é necessário mobilizarmos mais fundos para o programa REDD e estabelecer sistemas transparentes para a realização de pagamentos e medição dos resultados", disse o Secretário-Geral.

"Os países em desenvolvimento estão dispostos a dar o exemplo, desde que trabalhem em parceria com os países desenvolvidos e recebam o necessário apoio financeiro e técnico", disse Ban Ki-moon, acrescentando que uma parceria desse tipo terá de respeitar a soberania dos países com florestas, bem como apoiar os povos indígenas e outras pessoas que dependem das florestas.

## Regime de crédito de emissões de carbono pode impulsionar luta contra alterações climáticas

Os mais de 200 participantes num encontro apoiado pelas Nações Unidas, destinado a discutir formas de reforçar o regime de crédito de emissões de carbono, que teve lugar em Kiev (Ucrânia) e terminou a 10 de Setembro, concordaram em que aquele mecanismo pode contribuir para o êxito da conferência sobre alterações climáticas a realizar em Copenhaga em Dezembro.

O programa "Implementação Conjunta" prevê a possibilidade de os países obterem unidades de redução de emissões (URE) – cada uma das quais equivale a uma tonelada de dióxido de carbono – para os ajudar a cumprir parte das obrigações que lhes são impostas pelo Protocolo de Quioto.

"O consenso internacional é claro: as alterações climáticas são uma ameaça mundial que exigem uma resposta mundial", disse Yvo de Boer, Secretário Executivo da Convenção-Quadro das Nações

Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), observando que são necessários muitos recursos para combater o aquecimento global. O mecanismo de Implementação Conjunta é "uma das poucas ferramentas de que dispomos neste momento e que nos pode ajudar a obter esses recursos", acrescentou.

Os participantes na reunião disseram que a iniciativa, juntamente com mecanismos do Protocolo de Quioto como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que permite que os países industrializados gerem créditos através do investimento em projectos de redução das emissões em países em desenvolvimento, deve prosseguir até ao final do primeiro período de cumprimento do Protocolo, que termina em 2012.

[Para mais informações](#)

## É tempo de tirar partido dos ecossistemas do mundo para combater alterações climáticas



A intensificação do investimento na recuperação e manutenção dos ecossistemas do mundo, que valem vários biliões de dólares e incluem desde florestas a zonas húmidas e bacias hidrográficas, pode ser um contributo importante para a luta contra as alterações climáticas, afirma-se num estudo apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).

Os níveis cada vez mais elevados de gases com efeito de estufa estão a ameaçar a diversidade biológica do planeta e, segundo o estudo, os sistemas naturais são um dos principais recursos inexplorados que poderão ajudar a combater as alterações climáticas.

"Começa a tornar-se claro que o investimento na infra-estrutura de ecossistemas do planeta pode contribuir para a economia «verde», ao produzir o duplo benefício de travar e reduzir as emissões e, simultaneamente, ajudar as comunidades vulneráveis a adaptarem-se", disse Achim Steiner, Director Executivo do PNUA, por ocasião do lançamento do relatório, a 2 de Setembro, em Berlim.

Os governos, disse, estão a considerar a possibilidade de realizar investimentos no valor de vários milhares de milhões de dólares na captura e armazenamento de carbono em centrais de electricidade. "Talvez seja tempo de efectuar uma análise completa de custos e benefícios para ver se a opção tecnológica se equipara à capacidade da natureza no que se refere a capturar e armazenar carbono", acrescentou Steiner.

[Para mais informações](#)

## ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

### PNUA pede medidas para reduzir todos os gases com efeito de estufa e gases poluentes



comunicado emitido pelo PNUA. Achim Steiner salientou a urgência de se realizarem mais avaliações científicas desses poluentes e definir formas de acção.

"Subsiste alguma incerteza científica quanto ao contributo preciso de alguns destes poluentes para o aquecimento global, mas existem cada vez mais indícios científicos de que desempenham um papel potencialmente significativo", declarou Steiner aos jornalistas em Genebra, onde decorria a terceira Conferência Mundial sobre o Clima.

Realçando que o mundo tem de utilizar todos os meios disponíveis para combater o aquecimento global, Achim Steiner disse que não se deve ignorar nenhuma substância que contribui para as alterações climáticas nem nenhuma medida susceptível de as atenuar.

Os cientistas calculam que outros poluentes para além do CO<sub>2</sub>, tais como o carbono negro, o metano, o ozono troposférico e os compostos de nitrogénio, constituem cerca de 50% das emissões responsáveis pelo aquecimento global, afirma um

[Para mais informações](#)

### Novo pacto da ONU visa aumentar partilha de dados sobre clima, a fim de combater a fome

Numa tentativa de intensificar a luta contra a fome no mundo, dois organismos das Nações Unidas concordaram em partilhar mais informação sobre as tendências climáticas e outros dados relacionados com o clima que podem ajudar a prever onde se irá registar a próxima escassez de alimentos e surgir uma situação de emergência alimentar.

Os dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM) relativos a cheias, furacões, aluimentos de terras, secas e outros fenómenos meteorológicos graves podem ser extremamente úteis para o Programa Alimentar Mundial (PAM), colocando-o em melhor posição de ajudar as comunidades a prepararem-se e a reagirem aos efeitos das alterações climáticas, que danificam as culturas

e as habitações e afectam a vida das pessoas, afirma um comunicado conjunto dos dois organismos.

Nos termos do Protocolo de Acordo assinado recentemente, o PAM e a OMM irão alargar a sua colaboração ao nível da recolha de dados e utilização de dados meteorológicos complexos, que são analisados pelo PAM para se preparar para emergências, reduzir os riscos das catástrofes e realizar avaliações de vulnerabilidade no terreno.

[Para mais informações](#)

## Campanha mundial atinge objectivo de plantar sete mil milhões de árvores



Foram plantados em todo o mundo sete mil milhões de árvores, ou seja, uma árvore por habitante, graças a uma [campanha](#) das Nações Unidas que fixa inicialmente como objectivo mil milhões de árvores.

A fasquia dos sete mil milhões de árvores foi ultrapassada com o anúncio, feito pelo Governo chinês, da plantação de 2,6 mil milhões de árvores, o que elevou o total a 7,3 mil milhões de árvores plantadas em 167 países.

"Sete mil milhões de árvores, sete mil milhões de compromissos de agir e sete mil milhões de

razões que deveriam inspirar os governos a selarem um acordo na crucial reunião das Nações Unidas sobre alterações climáticas, em Copenhaga, dentro de menos de 80 dias", declarou, a 22 de Setembro, o Director Executivo do PNUA, Achim Steiner.

## ONU exorta Estados-membros a assinarem tratados

Altos funcionários das Nações Unidas exortaram os Estados-membros a assinar, ratificar ou aderir a tratados em domínios que vão desde alterações climáticas a terrorismo, passando pelo uso de armas nucleares, numa altura em que a Organização inicia a sua campanha anual para promover esses instrumentos jurídicos.

Este ano, o Secretário-Geral decidiu destacar 39 tratados sobre questões de alcance mundial ou sobre questões que ultrapassam as fronteiras nacionais, durante a cerimónia dos tratados, que coincide com o debate geral da Assembleia Geral.

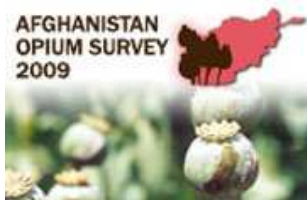
Entre esses tratados figuram convenções sobre terrorismo e crime, direitos humanos, protecção do ambiente, desenvolvimento sustentável e alterações climáticas, saneamento, desarmamento e protecção do pessoal da ONU e do pessoal associado.

A Conselheira Jurídica da ONU, Patricia O'Brien, declarou, numa conferência de imprensa celebrada a 16 de Setembro, que 25 países haviam manifestado já a sua [Para mais informações](#)

intenção de participar na cerimónia. “A ONU foi fundada não só para preservar as gerações futuras do flagelo da guerra e para reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais mas também para criar condições que permitam que a justiça e as obrigações decorrentes dos tratados sejam respeitadas”, disse. “Incentivar o desenvolvimento do direito internacional como meio de regular as relações internacionais tem sido um objectivo importante da ONU, desde a sua criação”.

Na mesma conferência de imprensa, Craig Mokhiber, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, centrou-se no novo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

## Mercado afegão do ópio atingido pela quebra da cultura, produção e preços do ópio



“Numa época em que a situação no Afeganistão é vista com pessimismo, estes resultados são uma boa notícia que é bem-vinda e demonstra que os progressos são possíveis,” afirmou o Director Executivo do UNODC, Antonio Maria Costa. “O controlo das drogas no Afeganistão não irá resolver todos os problemas do país, mas os problemas do país não podem ser resolvidos sem o controlo das drogas,” advertiu.

O *2009 Afghan Opium Survey* revelou que a produção do ópio desceu 10% e que há aproximadamente menos 800 000 pessoas envolvidas na produção do ópio em comparação com 2008.

Antonio Maria Costa instou as autoridades afegãs e a comunidade internacional a continuarem a sua acção, apesar das dificuldades, incrementando a assistência económica ao país e reforçando os esforços para combater a produção de estupefacientes.

Atribuindo o mérito da queda de 22% na cultura da papoila do ópio às operações de luta mais robustas contra estupefacientes que têm sido levadas a cabo pelas forças afegãs e da NATO, o UNODC refere que 20 das 34 províncias do país estão agora livres dessa cultura – o que representa mais duas relativamente ao ano passado. A superfície cultivada também apresentou uma redução de 123 000 hectares.

## Navi Pillay insta Estados a aderirem a novo instrumento para proteger direitos económicos, sociais e culturais

A Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay, instou os Estados-membros a assinarem e ratificarem um novo instrumento que reforça a protecção dos direitos económicos, sociais e culturais, aberto à assinatura a 24 de Setembro.

O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adoptado em Dezembro de 2008, permitirá que as vítimas apresentem, pela primeira vez, a nível internacional, queixas sobre violações dos direitos consagrados no mesmo, através do Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

“Este é um momento histórico na evolução da protecção dos direitos humanos e em matéria de vias de recurso oferecidas às vítimas de violações dos direitos económicos, sociais e culturais”, afirmou Navi Pillay, numa cerimónia na Sede da ONU em Nova Iorque.

A Alta-Comissária declarou que o Protocolo veio preencher uma

lacuna histórica na protecção dos direitos humanos, na medida em que reafirma a igual importância dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos civis e políticos. “Representa um verdadeiro marco no sistema internacional de direitos humanos”, afirmou.

“Uma criança excluída do ensino primário devido ao custo das propinas, uma mulher que recebe uma menor remuneração do que o seu colega pelo mesmo trabalho, uma família despejada da sua casa, um homem que passa fome quando há stocks de produtos alimentares que não estão a ser utilizados são exemplos de indivíduos a quem foram negados os seus direitos económicos, sociais e culturais”, explicou.

O Protocolo foi redigido por um Grupo de Trabalho das Nações Unidas criado para o efeito e presidido pela jurista portuguesa Catarina de Albuquerque.

## Ban Ki-moon manifesta apoio continuado da ONU ao TPI



Na sua mensagem, que foi lida pela Conselheira Jurídica das Nações Unidas, Patricia O'Brien, o Secretário-Geral sublinhou o apoio acrescido à ideia de que a justiça deve ser uma parte essencial das estratégias pós-conflito, a fim de garantir uma paz duradoura.

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, manifestou, a 10 de Setembro, o apoio continuado das Nações Unidas ao trabalho do Tribunal Penal Internacional (TPI), que, no seu entender, se tornou na “peça central” do sistema de justiça penal internacional, desde a sua criação, há apenas sete anos.

A criação do TPI foi um momento histórico”, declarou Ban Ki-moon, numa mensagem à Conferência Consultiva sobre Justiça Penal Internacional. Os esforços da ONU para promover as causas da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos estão estreitamente ligados ao trabalho do TPI, observou o Secretário-Geral, que acrescentou que estava disposto a fazer tudo o que fosse necessário para “facilitar a nobre e importante missão do Tribunal”. [Para mais informações](#)

Desde que o Estatuto de Roma entrou em vigor, em 2002, “as actividades do Tribunal e do seu Procurador tiveram um impacto perceptível nos autores potenciais de crimes internacionais”, acrescentou.

## DIA INTERNACIONAL DA PAZ

### Temos de desarmar!



Uma grande figura do nosso tempo que testemunhou algumas das situações mais trágicas que se viveram no século XX, disse: “o silêncio ajuda o assassino, nunca a vítima”.

Por isso não é possível assistirmos, calados e indiferentes, aos crimes

que estão constantemente sendo cometidos nos dias de hoje. Recordemos os genocídios do Ruanda ou de Darfur, entre outros, onde foram barbaramente sacrificadas milhares e milhares de vidas humanas.

Que mundo é este onde se sabe que em cada minuto as nações de todo o mundo gastam um milhão e oitocentos mil dólares em armamento?

Que mundo é este em que cada hora morrem 1.500 crianças com fome ou doenças provocadas pela fome?

Que mundo é este em que – como diz Hans Küng – a “tecnologia moderna e a ciência dão novas possibilidades de extermínio aos confrontos bélicos e em que uma nova guerra mundial, com

tecnologias de morte cada vez mais sofisticadas, poderia destruir totalmente o continente europeu?”

Cidadãos responsáveis e conscientes que devemos ser não devemos ficar indiferentes a estas situações, mas devemos fazer tudo ao nosso alcance para as apagar, para as eliminar.

Disse alguém – um poeta inglês do século XVI – que “não há morte de um homem que não me diga respeito porque pertença à Humanidade”. E é verdade, devemos radicar em nós essa crença de pertença a uma e mesma família que é a Humanidade. Por isso não podemos suportar as lágrimas, o sofrimento, a dor que afecta milhões de seres humanos – e sobretudo as crianças! – sem fazermos um esforço, um gesto para os eliminarmos.

E uma das acções em que devemos empenhar-nos é justamente no combate ao fabrico e emprego das armas que são instrumentos terríveis nas mãos dos homens em fúria, dos intolerantes e incapazes de amar o seu próximo.

Os que fabricam as armas só pensam no lucro que podem obter da sua venda, insensíveis ao horror que elas semeiam e incapazes de aceitar que esse lucro seria suficiente para matar a fome aos que a

sofrem, vencer as doenças nos que são atingidos por elas, completamente cegos e surdos ao bem que poderiam semear.

Por isso a nossa voz se levanta para apelar aos responsáveis pelo fabrico e venda das armas para que parem com essa actividade e emprego que enegrecem, conspurcam e ferem brutalmente o mundo em que vivemos e que iremos deixar às gerações futuras.

É nossa obrigação protestarmos e exigirmos dos nossos governos e de todos os cidadãos que se empenhem, forte e apaixonadamente, na eliminação do emprego das armas e, sobretudo, as nucleares.

Queremos um mundo de solidariedade, de paz, de segurança e de justiça e não um mundo de ódio e de sofrimento.

Por isso juntamos a nossa voz à do Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas quando fiz que temos de nos desarmar e que é preciso desarmar para libertar recursos para a saúde, a educação e o desenvolvimento. “Juntos – gritamos com Ban Ki-moon – nós devemos desarmar!”

**Maria de Jesus Barroso Soares**  
**Presidente da Fundação Pro Dignitate**

### We Must Disarm – Ban Ki-moon lança campanha



A 13 de Junho, quando faltavam 100 dias para a comemoração do Dia Internacional da Paz, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, lançou a campanha **WMD – WeMustDisarm**, para que, durante esse período, a ONU e os seus parceiros trabalhassem no sentido de sensibilizar as pessoas para os verdadeiros perigos das armas nucleares.

Entre 13 de Junho e 21 de Setembro, a ONU apresentou 100 razões para desarmar através do sítio Web e das redes Twitter, MySpace e Facebook e também no sítio Web da ONU (<http://www.un.org/en/events/peaceday/2009/>). Os interessados em apoiar a campanha podiam assinar uma Declaração e expor os seus argumentos a favor do desarmamento.

### Dia Internacional da Paz comemorado em Portugal pela Fundação Pro Dignitate em cooperação com o UNRIC

Pelo sexto ano consecutivo, o Dia Internacional da Paz foi assinalado em Portugal pela Fundação Pro Dignitate, em cooperação com o UNRIC, com uma cerimónia comemorativa na Sede da Fundação, em Lisboa.



Após as palavras de abertura da Presidente, Dra. Maria de Jesus Barroso Soares, a Dra. Agni Vlavianos-Arvanitis, Presidente Fundadora da Biopolitics International Organization, apelou a avanços decisivos na Conferência de Copenhaga sobre Alterações Climáticas e pediu que se transformassem gradualmente os dispositivos militares em forças a favor da paz que restabeleçam o biosistema, atenuem as alterações climáticas e protejam o ambiente.

A Responsável pela Comunicação para Portugal no UNRIC apresentou brevemente a campanha em pro do desarmamento nuclear lançada pelo Secretário-Geral, cuja mensagem leu.

Num discurso inspirado, em que partilhou com o

público as suas reflexões, o Professor Adriano Moreira defendeu a necessidade do desarmamento, considerando que “nenhum Estado é confiável para possuir a arma nuclear”.

Encerrou o acto o Ministro da Defesa, Professor Nuno Severiano Teixeira, que afirmou que não há paz sem segurança, não há paz sem desenvolvimento e não há paz sem boa governação e exercício da cidadania, para, em seguida, lembrar que a paz é uma construção humana que nunca está concluída.

Durante a sessão, foi apresentado o livro “Não às Armas”, uma iniciativa da Fundação Pro Dignitate, em cujo Prefácio a Presidente desta instituição responde ao apelo do Secretário-Geral Ban Ki-moon e exorta os leitores a não ficarem calados perante a existência de grandes quantidades de armamento, porque foi “o silêncio e a indiferença que permitiram os genocídios, os crimes terríveis que foram cometidos no Ruanda ou no Darfur”.

O livro contém depoimentos de inúmeras personalidades do mundo inteiro como o Cardeal Paul Poupard, Boutros Boutros-Ghali, Federico Mayor, José Saramago, Lionel Jospin e o Bispo Manuel da Silva Martins, para citar apenas algumas.

O Dia Internacional da Paz foi proclamado, em 1981, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que declarou que deveria ser “dedicado oficialmente à comemoração e reforço dos ideais da paz, quer em cada país quer entre as várias nações do mundo”. Em 2001, a Assembleia decidiu que o Dia seria celebrado “como um dia mundial de cessar-fogo e não-violência, durante o qual todos os povos seriam convidados a cessar as hostilidades”.

## 62ª Conferência DPI/ONG apela aos governos para que criem tratado eficaz sobre comércio de armas e um mundo sem armas nucleares



Cerca de 1300 organizações não governamentais encerraram, a 11 de Setembro, na Cidade do México, a 62ª Conferência DPI/ONG, apelando aos governos e às organizações internacionais para que reforcem o seu compromisso a favor de um mundo sem armas nucleares. Pediram-lhes ainda que iniciassem sem demora as negociações sobre um tratado que proíba essas armas em todo o mundo, dentro de um prazo definido.

Na Declaração “Desarmemos pela Paz e o Desenvolvimento”, os participantes na Conferência apelaram aos governos para que regulem de forma rigorosa a venda, o comércio, a posse e a utilização de armas ligeiras e de pequeno calibre e para que apoiem a ideia de um tratado sobre o comércio de armas que abranja todo o tipo de armas convencionais.

A Declaração pede ainda aos governos que acelerem o ritmo de ratificação do Tratado de Proibição Completa dos Ensaios Nucleares, a fim de que possa entrar em vigor sem demora nem condições. Os governos são instados a propor

estratégias e programas de desarmamento, como prevê a Carta das Nações Unidas, durante a reunião a alto nível do Conselho de Segurança, a 24 de Setembro.

“O objectivo desta Declaração é salvar vidas e limitar os danos”, afirma o texto. No que se refere às armas nucleares, trata-se de “impedir a destruição da civilização”.

No discurso proferido na abertura da Conferência, a 9 de Junho, o Secretário-Geral Ban Ki-moon advertiu: “No mundo, há um excesso de armas e falta de fundos para a paz”.

Ban Ki-moon observou que se continuam a produzir mais armas, que estão a inundar os mercados do mundo inteiro. “Estão a destabilizar as sociedades. Alimentam as guerras civis e o terrorismo”, declarou. “Aqui, na América Latina, a violência com recurso a armas de fogo é a primeira causa de baixas de civis”.

Afirmou ainda que, embora o final da Guerra Fria tivesse levado o mundo a esperar enormes dividendos da paz, há mais de 20 000 armas nucleares em todo o planeta, muitas delas ainda em sistema de alerta instantâneo, que ameaçam a sobrevivência da humanidade.

Conjugadas com o número cada vez maior de mísseis balísticos e as crescentes ameaças terroristas, as armas nucleares constituem ameaças à existência da humanidade, acrescentou.

O Secretário-Geral observou, porém, que, graças em grande medida à acção incansável da ONU,

surgiu agora uma nova oportunidade. “O desarmamento figura de novo entre as prioridades mundiais”. Mas isto é apenas o princípio, sublinhou. “O nosso destino final é um mundo sem armas nucleares”.

A sociedade civil ajudou a ensinar ao mundo uma profunda verdade: que a maior força de mudança é o poder das pessoas, disse. “Temos uma excelente oportunidade de conseguir um mundo sem armas nucleares. Sei que, com a vossa influência e o vosso forte apoio e participação, a aproveitaremos”.

Ban Ki-moon também falou sobre como é possível levar a cabo o desarmamento eficazmente, no quadro daquilo a que chamou o seu “plano para acabar com a bomba” – um plano com cinco pontos, apresentado no Outono passado, e que visa alcançar um mundo livre de armas nucleares com base em princípios fundamentais.

Esses princípios são: o desarmamento deve melhorar a segurança, ser verificado de uma forma fiável, assentar em obrigações jurídicas e ser visível para o público e, por outro lado, devemos preparar-nos para os novos perigos de outras armas.

Não pode haver desenvolvimento sem paz, nem paz sem desenvolvimento, afirmou. “O desarmamento pode proporcionar os meios para alcançarmos ambos os objectivos”.

### "Dez casos que o mundo deveria conhecer melhor"

O Departamento de Informação Pública (DPI) divulgou a sua mais recente lista de casos que considera merecerem uma maior atenção no mundo inteiro, entre os quais se incluem as dificuldades dos povos indígenas da Colômbia, os inúmeros civis deslocados pela violência na República Centro-Africana e os esforços das Nações Unidas para pôr termo ao tráfico de armas, drogas e pessoas através dos portos.

A lista "Dez casos que o mundo deveria conhecer melhor", divulgada a 8 de Setembro, destina-se a destacar temas ou acontecimentos relacionados

com a ONU que são por vezes descurados pelos meios de comunicação social, numa era em que os sítios Web de redes sociais e outros novos meios de comunicação estão a modificar as formas como as pessoas recebem informação.

"Na ONU, estamos profundamente conscientes da necessidade de superar o fosso que existe entre aqueles que usufruem e os que nem sempre usufruem dos benefícios das mais recentes tecnologias e, também, da necessidade de participar no diálogo que está a decorrer entre aqueles que utilizam novos meios de comunicação

para promover o debate público", afirmou Kiyo Akasaka, Secretário-Geral Adjunto para a Comunicação e Informação Pública.

A lista deste ano, tal como as de anos anteriores, inclui exemplos de dificuldades e de êxitos. A partir do número de Outubro, este Boletim passará a divulgar todos os meses um desses casos.

[Para mais informações](#)

### Novos sítios Web

#### Annual Report of the Secretary-General

English, French & Spanish: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/64/1%20\(SUPP\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/64/1%20(SUPP))

#### General Assembly – 64th session

English: <http://www.un.org/ga/>

#### Security Council Reform - Report of the Open-ended Working Group (A/63/47)

English, French & Spanish: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/63/47\(SUPP\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/63/47(SUPP))

#### 15 years of the United Nations Special Rapporteur on Violence against Women, its causes and consequences (1994-2009) - A critical review

<http://www2.ohchr.org/english/issues/women/rapporteur/docs/15YearReviewofVAWMandate.pdf>

Poderá encontrar estas e muitas outras informações úteis no **BOLETIM DA BIBLIOTECA DO UNRIC**

## UM OLHAR SOBRE A ONU\*

## O Parlamento da Humanidade está reunido

Está reunida desde 15 de Setembro a sexagésima quarta edição do Parlamento da Humanidade. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o lugar onde todos se encontram com todos – nas palavras do Professor Adriano Moreira – Reúne os representantes dos 192 estados membros em torno de uma agenda ambiciosa onde as alterações climáticas (em contagem decrescente para a Cimeira de Copenhaga), a crise financeira e económica e o seu impacto nas novas necessidades dos países em desenvolvimento, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desarmamento, a reforma da Organização (incluindo a reforma do Conselho de Segurança e a revitalização da AGNU) e o exame da Comissão de Consolidação da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, assumem o topo e o centro do debate internacional.

Ouvir-se-ão discursos laudatórios acerca do bom desempenho de certos estados, em regra pela boca dos seus chefes de estado, de governo ou ministros, da própria Organização, num exercício de retórica que não é, contudo, vazio de conteúdo ou de valor! Cada um destes discursos tem o mérito de mostrar o quanto é importante para cada um dos oradores que todos os outros acreditem no empenho e desvelo com que cada um cumpre os desígnios da Carta das Nações Unidas e fazem, dessa forma, a humanidade avançar. Cada um desses discursos mostra o quão importante a Organização é no mundo de hoje.

Durante a 64.ª sessão deste parlamento mundial (a que Tennysson se referia, em 1837, como o Parlamento do Homem, a Federação do Mundo) o debate anual articular-se-á em torno de um tema principal: “Respostas eficazes às crises mundiais: o reforço do multilateralismo e do diálogo entre civilizações para a paz e a segurança internacionais

e o desenvolvimento.” De 23 a 30 de Setembro, 192 estados assumirão responsabilidades, apresentarão justificações e prometerão progressos nestas matérias, num esforço que não pode e não deve ser menorizado. Seguir-se-á o trabalho em Comissões, examinando as questões de fundo da ordem do dia.

O presidente desta sessão, o líbio Ali Abdussalam Treki, no seu discurso de tomada de posse elegeu para prioridade a reforma do “sistema das Nações Unidas, em particular o papel da Assembleia Geral, à qual deverá ser concedida autoridade para que possa assumir as suas responsabilidades na marcha da humanidade rumo ao progresso.” Condenando os elevados gastos militares mundiais face à falta de dinheiro para combater a pobreza, o Presidente defende que “a única guerra que vale a pena travar infatigavelmente é a guerra contra as doenças mortais, a pobreza, a fome e o analfabetismo.” Teremos, assim, um Presidente empenhado nos direitos económicos, sociais e culturais, no combate às alterações climáticas, no empenho reforçado na consecução dos ODMs e na revitalização da AGNU como o fórum ideal para esta “luta”.

Uma revitalização que tem sido alvo de atenção constante, pelo menos desde 2003, e que visa atribuir à Assembleia a dignidade que o único órgão plenário da ONU, herdeiro da tradição democrática ocidental, tem no processo de tomada de decisão da Organização.

Vários factores têm contribuído para que as opiniões públicas mundiais percebam a AGNU como um órgão que se esgota no debate dos temas: o deslocamento das questões fundamentais para o órgão restrito que é o Conselho de Segurança, o alargamento dos membros da

Assembleia (dos 51 originários até aos actuais 192) e a sua longuíssima ordem do dia, e a busca de consensos (que supostamente confere mais autoridade às suas decisões, mas que na minha opinião lhes dilui o impacto porque as apresenta como males menores negociados).

Mas a AGNU é o principal órgão deliberativo, de formulação de políticas e representativo da Organização e nela reside a fonte da legitimidade internacional; a fonte desse valor institucional, tão escasso e tão procurado em política internacional. Por certo faltar-lhe-á o poder de agir em áreas tão emblemáticas como as da manutenção da paz e da segurança internacionais com o envio de operações; mas não é menos formidável o poder de recomendar, de criar padrões, de codificar o direito internacional e de servir de fórum de harmonização para as nações unidas em torno de um ideal que, não obstante os seus 64 anos, se mantém atractivo para 192 estados do mundo.

Nestas semanas de reunião intensiva, estes discursos, mesmo de justificação, negam a obsolescência da Organização ou mesmo a sua superação por formas de cooperação regional ou transnacional reforçadas; pelo contrário, mostram que, enquanto os estados se sentem co-responsáveis e responsabilizáveis perante todos os outros pela gestão das suas políticas, a humanidade e o seu parlamento encontrarão possibilidades de interpretar e reinventarem o seu papel como guardião da legitimidade internacional. Neste momento, está em curso uma nova tentativa.

Mónica Ferro

Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

\* Os artigos publicados nesta secção expressam exclusivamente os pontos de vista da autora, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição da ONU.

## A ONU e a UE

(<http://www.europa-eu-un.org/>)

EU Presidency Statement – United Nations: General Debate of 64th Session of the General Assembly  
(23 de Setembro)

[http://europa-eu-un.org/articles/en/article\\_9017\\_en.htm](http://europa-eu-un.org/articles/en/article_9017_en.htm)

"Achieving a deal on climate change: an EU view on Copenhagen" – Speech by EU Commission President Barroso  
(21 de Setembro)

[http://europa-eu-un.org/articles/en/article\\_9011\\_en.htm](http://europa-eu-un.org/articles/en/article_9011_en.htm)

EU policies are more coherent for development  
(17 de Setembro)

[http://europa-eu-un.org/articles/en/article\\_9002\\_en.htm](http://europa-eu-un.org/articles/en/article_9002_en.htm)

EU Council conclusions on Honduras  
(15 de Setembro)

[http://europa-eu-un.org/articles/en/article\\_8992\\_en.htm](http://europa-eu-un.org/articles/en/article_8992_en.htm)

EU Presidency Statement – United Nations General Assembly: System Wide Coherence  
(14 de Setembro)

[http://europa-eu-un.org/articles/en/article\\_8988\\_en.htm](http://europa-eu-un.org/articles/en/article_8988_en.htm)

UNRWA Chief AbuZayd visits EU Parliament, "periods of hope have been dashed."  
(11 de Setembro)

[http://europa-eu-un.org/articles/en/article\\_8986\\_en.htm](http://europa-eu-un.org/articles/en/article_8986_en.htm)

EU Commissioner Dimas speaks on the Commission's global finance blueprint for action on climate change by developing nations  
(10 de Setembro)

[http://europa-eu-un.org/articles/en/article\\_8980\\_en.htm](http://europa-eu-un.org/articles/en/article_8980_en.htm)

# POLÍCIAS PARA A PAZ

## Implementação dos Mandatos

### Estabelecimento das Operações de Paz e suas Componentes de Polícia A fase inicial: processo e gestão

Antero Lopes

“Team Leader” da Capacidade Permanente de Polícia da ONU  
e “Police Commissioner”



Com este artigo iniciamos um conjunto de quatro capítulos respectivamente sobre o estabelecimento, gestão, apoio e transição de Operações de Paz e suas componentes de polícia. Os próximos textos referir-se-ão à gestão daquelas Operações, ao essencial apoio administrativo e sua sustentabilidade, bem como à fase final da Operação (saída ou transição).

Neste artigo, exploramos as considerações referentes às fases típicas de estabelecimento inicial da Operação, o processo de início da Operação e a respectiva gestão do mesmo.

#### As fases típicas do estabelecimento da Operação

Apesar de a trajetória de cada Operação de Paz da ONU evoluir diferenciadamente, o ciclo genérico das Operações de Paz pode subdividir-se nas seguintes três fases, referidas de uma forma simplificada: início da Missão, implementação do mandato e transição (saída, liquidação ou transferência).

Em geral, a escala e o tempo das Operações aumentam consistentemente durante a fase inicial, estabilizam durante a fase de implementação do mandato e decrescem gradualmente, à medida que a respectiva transição ou saída se inicia. Apesar de serem conceptualmente distintas, as várias fases do ciclo de uma Missão podem sobrepor-se. Existem picos de actividade durante a implementação, ao passo que determinadas tarefas e metas se vão completando como, por exemplo, durante um programa de estabilização da ordem pública, o período de um processo eleitoral, ou o período crítico de meses ou anos subsequentes à formação de um novo governo.

Cada fase do estabelecimento de uma Missão apresenta os seus próprios desafios. Durante a fase inicial, a Missão procura alcançar uma capacitação operacional inicial (COI) e, possivelmente, uma capacitação operacional total (COT), por forma a que a implementação do mandato se possa efectivar em todas as áreas, incluindo a da segurança pública. Durante a fase de implementação, os esforços

concentram-se na realização das tarefas previstas no mandato aprovado pelo Conselho de Segurança e na prossecução dos objectivos constantes do quadro estratégico da Missão. O processo de transição, saída e liquidação tem início a seguir à respectiva decisão do Conselho de Segurança, incluindo a partida gradual do pessoal das várias áreas técnicas da Missão, após a passagem do testemunho às autoridades nacionais e, eventualmente, aos parceiros internacionais, bem como a disponibilização ou retirada dos meios logísticos e saída das infraestruturas utilizadas pela Missão, de acordo com as regras das Nações Unidas.

#### O processo de início da Operação

Os primeiros meses, subsequentes a um acordo de paz ou de cessar-fogo, são frequentemente os mais críticos para o estabelecimento de uma paz estável e para a conquista da credibilidade necessária ao sucesso da nova Operação. As oportunidades perdidas durante aquele período são difíceis de recuperar. A Assembleia Geral apoiou os requisitos para o estabelecimento de uma Missão tradicional de manutenção da paz no prazo de 30 dias e de uma Missão multi-dimensional no prazo de 90 dias a contar da data de aprovação do mandato pelo Conselho de Segurança.

Na realidade, não existe um conjunto rígido de actividades para o estabelecimento de uma Operação de Paz das Nações Unidas. O tempo necessário para se estabelecer uma Missão varia e depende de uma série de factores, nomeadamente a vontade política dos Estados Membros para contribuir com os efectivos policiais e militares necessários, bem como os essenciais recursos financeiros e logísticos. Em Missões com mandatos complexos, dificuldades de abastecimento logístico ou riscos de segurança elevados, pode demorar semanas ou meses a reunir e colocar no terreno os elementos essenciais. O prazo de 90 dias para colocar os primeiros elementos de uma Missão multidimensional deverá tornar-se um objectivo nacional de cada nação contribuinte.

A expressão “início da Missão” é aqui utilizada para descrever a primeira fase de uma presença internacional no âmbito do estabelecimento de uma Operação de Paz no terreno. Durante o início da Missão, a prioridade principal é a de congregar os processos, estruturas e serviços, visando alcançar uma capacitação operacional inicial que permita a implementação do mandato nas diversas áreas substantivas, incluindo polícia, estado de direito e segurança, entre outras.

O processo de iniciar uma Missão envolve sucessivas e diversas etapas a nível nacional, mesmo que algumas das mesmas possam sobrepor-se na prática, como veremos em seguida.

A fase de pré-estabelecimento é normalmente da responsabilidade da sede da ONU e envolve inúmeras tarefas, tais como o processo de orçamentação, as visitas de selecção e recrutamento aos países contribuintes com polícias e/ou militares, as entrevistas de selecção para os diversos postos e componentes, a negociação com os países dos acordos específicos para permitir a colocação dos respectivos efectivos<sup>1</sup> policiais e/ou militares, a mobilização dos stocks logísticos de deslocação estratégica, bem como os concursos e a contratação de abastecimentos e logística para a Missão, entre outros.

Os mecanismos de deslocação rápida envolvem a colocação no terreno de uma pequena equipa avançada, destinada a mobilizar os meios necessários para assegurar a infra-estrutura, logística, comunicações, transporte, etc. mínimos para permitir o início do estabelecimento da Operação, incluindo o recrutamento de pessoal para as várias componentes à medida que a fase de início vai progredindo. Nesta fase, desloca-se também pessoal substantivo, nomeadamente a Capacidade Permanente de Polícia.

O estabelecimento da sede (ou quartel-general) da Missão refere-se ao período em que a liderança da Missão se começa a instalar no terreno e os sistemas de administração, comando e controlo, etc. se formam, e um número crescente de pessoal substantivo e de apoio ingressa na Missão para ajudar a alcançar a COI. Esta fase pode também envolver a formação de escritórios de ligação e estruturas logísticas de maior dimensão.

O funcionamento de cada componente e o estabelecimento de escritórios nas regiões da área de Missão decorre em simultâneo com o estabelecimento de estruturas centrais da sede da Missão e inclui o estabelecimento coordenado de capacidades civis, policiais e militares nos locais identificados (sectores, distritos, cidades, aldeias, etc.).

(continua na página seguinte)

<sup>1</sup>Tais Acordos designam-se, em gíria de “peacekeeping” por *Status of Mission/Forces Agreement* (SOMA/SOFA).

## POLÍCIAS PARA A PAZ

### Implementação dos Mandatos

(continuação)

#### Gestão do processo de estabelecimento da Missão

O processo de estabelecimento de uma Operação de Paz pode ser uma experiência em “passo acelerado” e algo caótico. Existe normalmente uma grande expectativa em relação aos prazos e resultados desde o primeiro dia da presença de pessoal da ONU na área de Missão. Um pequeno número de pessoal encontra-se numa permanente corrida contra o tempo para criar o mais rapidamente possível as condições que permitam implementar os mandatos complexos, operando em áreas com um grau elevado de volatilidade e riscos de segurança significativos. Ao mesmo tempo, o recrutamento de pessoal prossegue e as componentes da Missão, incluindo os contingentes militares e de polícia, começam a estabelecer as suas operações. Os líderes da Missão devem utilizar este período de “lua-de-mel” para progredir, no plano político, com as partes e procurar assegurar as condições para se realizar o processo de paz. Durante esta fase, crítica para o sucesso da Missão, os seus líderes e restante pessoal devem aderir rigorosamente aos princípios básicos do *peacekeeping* das Nações Unidas, explorados em artigos anteriores, procurando activamente contribuir para consolidar a

legitimidade e a credibilidade da ONU aos olhos das autoridades anfitriãs, da população e da comunidade internacional em geral.

As chefias da Missão devem possuir qualidades excepcionais de liderança e gestão, muito importantes nesta fase de estabelecimento inicial da Missão. Se os sistemas e estruturas básicos não forem devida e atempadamente estabelecidos corre-se o risco de se gerar caos generalizado à medida que a Missão se expande rapidamente durante a fase inicial. Também, se processos institucionais eficazes visando controlar a potencial fragmentação de uma Missão vasta e diversificada não estiverem instalados durante o período inicial do estabelecimento da mesma (como, por exemplo, mecanismos e *fora* de tomada de decisão, gestão da informação, linhas de supervisão, etc.) será exponencialmente mais difícil de conseguir instalar tais processos e fazer funcionar as respectivas estruturas mais tarde, à medida que a Missão vai crescendo.

Liderança e gestão de conflito são qualidades essenciais para os elementos com funções de chefia na fase inicial do estabelecimento de uma Missão. Poucos ou nenhuns dos elementos da nova Missão terão trabalhado

uns com os outros em equipa anteriormente. O pessoal destacado pelos países provém de diversas origens e possui experiências profissionais heterogéneas, tendo estado submetidos a culturas organizacionais das mais variadas. Tais características poderão causar naturalmente inúmeras fricções, sobretudo num ambiente de enorme pressão e exigência quanto aos resultados. As tensões internas têm que ser prevenidas e geridas proactivamente, desde o início, por forma a minimizar mal-entendidos e evitar ressentimentos que podem contaminar as relações entre o pessoal e criar um ambiente de trabalho insustentável a longo prazo. Os líderes da Missão devem sublinhar a necessidade de todas as componentes partilharem e trabalharem para os mesmos objectivos, sob a orientação de uma equipa coesa e eficaz de liderança da Missão.

Neste trabalho debruçamo-nos sobre o estabelecimento das Operações de Paz. No próximo artigo estudaremos a temática da gestão das Operações de Paz.

### Anuário 2006 das Nações Unidas

A ONU publicou o sexagésimo volume do *Yearbook of the United Nations* que cobre as actividades da Organização em 2006.

O volume, subtítulo “*Delivering as One: A Unified Response to Global Challenges*” (“Unidos na Acção: uma Resposta Unificada aos Desafios Mundiais”), reflecte as prioridades do antigo Secretário-Geral Kofi Annan que, em 2006, declarou que a única resposta a um mundo dividido devia ser uma “ONU verdadeiramente unida”. O seu sucessor, Ban Ki-moon, ao assumir as novas funções, exortou os dirigentes e os povos do mundo a trabalharem juntos, para que as Nações Unidas possam mostrar-se à altura da sua tarefa.

Publicado pelo Departamento de Informação Pública (DPI), o *Yearbook of the UN* é uma obra de referência em cujas 1800 páginas os decisores políticos, diplomatas, investigadores,

professores universitários, jornalistas e os leitores em geral poderão encontrar o essencial sobre os principais acontecimentos ocorridos nos planos político, económico, social e jurídico.

O Anuário reproduz integralmente os principais textos e votações das resoluções e decisões adoptadas nesse ano pela Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho Económico e Social. Os seus 33 capítulos abordam questões políticas e de segurança, de direitos humanos, económicas e sociais, jurídicas e institucionais, administrativas e orçamentais.

O Anuário chama a atenção para a criação, nesse ano, do Conselho de Direitos Humanos, considerado o principal mecanismo de promoção e protecção dos direitos humanos e a ferramenta para reformar o quadro da acção

neste domínio. No final de 2006, foram adoptadas duas convenções: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Internacional para a Protecção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados.

Para apoiar os esforços de paz nos países saído de um conflito, a Organização criou também, em 2006, a Comissão de Consolidação da Paz, apoiada pelo Fundo para a Consolidação da Paz.

O *Yearbook of the United Nations 2006* está à venda pelo preço de 175 dólares. Para obter mais informações, queira enviar um fax para +1 212 963 3489 ou uma mensagem electrónica para [publications@un.org](mailto:publications@un.org). Pode ainda visitar o sítio Web <https://unp.un.org>.

### FICHAS DE INFORMAÇÃO

A Biblioteca do UNRIC acaba de elaborar uma nova ficha de informação sobre **DESARMAMENTO NUCLEAR**, disponível (de momento apenas em inglês) em [http://www.unric.org/html/english/library/backgrounders/nucleardisarmament\\_eng.pdf](http://www.unric.org/html/english/library/backgrounders/nucleardisarmament_eng.pdf)

A ficha de informação sobre **ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS** foi actualizada esta semana.

Pode aceder à versão inglesa através de [http://www.unric.org/html/english/library/backgrounders/climatechange\\_eng.pdf](http://www.unric.org/html/english/library/backgrounders/climatechange_eng.pdf)

A versão francesa está disponível em [http://www.unric.org/html/english/library/backgrounders/climatechange\\_french.pdf](http://www.unric.org/html/english/library/backgrounders/climatechange_french.pdf)

## CANTO DA RÁDIO ONU\*

**Pirataria na costa da Somália**

**As Nações Unidas defenderam a necessidade de uma abordagem global e ampla para lidar com o ressurgimento dos actos de pirataria ao largo da costa da Somália.**

**O director da Divisão para a África Austral e Oriental no Departamento de Assuntos Políticos, João Honwana, disse a uma reunião do Grupo de Contacto sobre o assunto, em Nova Iorque, que a continuação de incidentes de pirataria naquela região demonstra a fraqueza de uma política baseada apenas no combate do flagelo no mar.**

**Numa entrevista à Rádio ONU, ele reconheceu o papel dissuasor dos barcos de guerra presentes na costa da Somália, mas disse que é também importante combater as causas do fenómeno.**



**RO: João Honwana, as Nações Unidas estão a defender uma nova abordagem para lidar com a questão da pirataria na águas da Somália. Essa abordagem seria mais global, envolvendo a comunidade internacional. Quais são os principais aspectos dessa política?**

**JH:** A questão essencial que nós levantamos e temos vindo a promover é o conceito de que é importante atacar a questão da pirataria no mar, onde os actos de pirataria são executados. Nesse contexto, é importante referir a resposta da comunidade internacional através do envio de vasos de guerra para patrulhar o Golfo de Aden e as áreas vizinhas da costa da Somália, mais para o sul, no Oceano Índico. Isto é muito importante e tem tido um impacto muito forte. Mas a realidade é que, ainda que os actos de pirataria aconteçam no mar, os piratas não vivem no mar. O ressurgimento das actividades de pirataria naquela zona resulta de condições muito específicas em terra. Por exemplo, o facto de a Somália ser um Estado falhado, há cerca de 20 anos, o facto de haver questões fundamentais de pobreza, de falta de emprego e falta de recursos para os jovens, tudo isto contribui para que essas pessoas sejam facilmente recrutadas e envolvidas em actos de pirataria. Então, o que temos estado a promover é que é importante também tomar em consideração esses outros aspectos que têm também de ser abordados, se queremos dar uma resposta eficaz.

**RO: Falou da questão da pobreza e do facto de a Somália ser um país falhado como factores que podem explicar a atracção de muitos jovens somalis pela pirataria. Mas existe também o problema de saber o que fazer com os piratas, quando eles são capturados. Até agora, o Quênia parece ser um dos poucos países a acarretar com essa responsabilidade. Qual é a posição legal em relação ao julgamento e detenção de piratas?**

**JH:** Esse é um dos grandes desafios que nós temos. Por um lado, porque, dependendo do local exacto aonde os piratas são capturados, eles estão sujeitos à legislação de um ou outro país. Às vezes, são capturados também no alto mar, em águas internacionais, o que cria um problema legal. Nesses casos, qual o regime legal que prevalece? O regime legal da Somália, que é o seu país de origem, ou o regime legal do país que aceita conduzir investigações e julgamento? Isto é uma das questões que o departamento legal da ONU tem estado a analisar. Por outro lado, mesmo

quando há países como o Quênia que aceitam tomar conta desses casos, muitas vezes são países que não têm todas as capacidades necessárias para o fazer efectivamente. Então, uma das acções que temos tomado é assistir esses países a reforçar a capacidade dos seus sistemas jurídicos, de investigação e serviços prisionais. Temos também estado a trabalhar no sentido de garantir que os piratas que são condenados através desses processos possam cumprir as suas sentenças dentro da Somália. Há um trabalho que está a ser feito com as autoridades da Somália em Puntland e mesmo com as autoridades centrais para ver se reforçam as condições de prisão dos piratas uma vez processados, julgados e condenados.

**RO: A questão da pirataria na Somália esteve nas manchetes dos jornais no princípio do ano. Actualmente já não se fala muito disso. Será que que houve uma redução dos actos de pirataria ou será que a comunicação social não tem prestado a mesma atenção a essa situação?**

**JH:** Eu penso que a comunicação social continua muito atenta a esta situação. O que aconteceu foi, que durante os meses da monção, naquela zona do Índico, as condições meteorológicas não eram favoráveis à pirataria. Então, a actividade decresceu. Com a aproximação do fim da estação das monções, que é agora, a nossa previsão é que vai haver um recrudescimento das acções de pirataria.

**RO: Sabemos que o seu departamento tem estado em negociações com o Programa da ONU para Drogas e Crime, Unodc, para combater esse flagelo. Será que nos pode dar mais pormenores sobre essa colaboração?**

**JH:** Nós criamos um grupo de trabalho no seio das Nações Unidas, justamente para permitir que haja uma maior articulação das acções de todas as agências, departamentos e órgãos que estão envolvidas no processo. Coube-nos a nós, departamento político, presidir a esse grupo de trabalho. O que fazemos essencialmente é a gestão da informação, aquilo que cada agência faz, que pedidos são dirigidos a essas agências...sei, por exemplo, que a Unodc tem estado a trabalhar estreitamente com muitos Estados na região, particularmente com o Quênia, no reforço das suas capacidades na área de investigação policial e serviços prisionais, etc. As mesmas acções vão ser feitas em relação às Seychelles. Esta colaboração com a Unodc, com o Pnud e outras agências das

Nações Unidas tem estado a dar uma maior eficácia na resposta global da ONU ao flagelo da pirataria.

**RO: O Grupo de Contacto sobre pirataria na Somália esteve reunido aqui na sede das Nações Unidas. No fim da reunião foi adoptada uma declaração, conhecida por declaração de Nova Iorque. Qual o teor dessa declaração?**

**JH:** Os aspectos essenciais são que há uma determinação dos países que aderiram à declaração de usar conjuntamente os seus recursos no combate à pirataria. Há um reconhecimento do ponto que vínhamos promovendo de que uma abordagem exclusivamente baseada no mar não é suficiente apesar de ser importante. A declaração diz que é também fundamental abordar as causas mais profundas desse fenómeno. E há uma chamada a todos os países de bandeira no sentido de uma melhor articulação dos barcos que usam as rotas mais afectadas pelo flagelo.

**RO: Uma última pergunta... pirataria, crise humanitária, fome, pobreza são reflexos da situação que vive a Somália. Esses problemas só serão solucionados quando a crise política for resolvida na Somália, não é?**

**JH:** Absolutamente, essa é justamente a questão essencial. Todos esses problemas resultam da implosão do Estado somali e do caos que se seguiu. E não há outra solução senão uma que traga todos os actores políticos na Somália à volta de uma mesa, para encontrarem as soluções de consenso que vão permitir a reconstrução do Estado da Somália, a consolidação da paz onde ela já existe e que vão permitir que os problemas fundamentais subjacentes a toda essa crise possam ser abordados de forma sistemática. Na sua essência, o que temos é um problema político com várias ramificações e com várias manifestações. Mas há o problema político fundamental que tem de ser resolvido que é a reconstrução do Estado somali.

**\* Colaboração da Rádio ONU**

## ONU apoia o regresso dos combatentes estrangeiros

*Ernest Harsch, United Nations Africa Renewal*

Os primeiros pequenos grupos de rebeldes ruandeses começaram a sair das florestas da província congoleza do Kivu Norte em princípios de Janeiro. Em Junho, mais de 8000 pessoas, incluindo cerca de um milhão de ex-combatentes, haviam sido repatriadas para o vizinho Ruanda pelos capacetes azuis e o pessoal das Nações Unidas que se ocupa dos refugiados. Um dos combatentes, Antoine Uwumukiza, explicou a um jornalista do *Washington Post* por que decidira regressar. “Ouvimos dizer que havia um bom governo no Ruanda e quisemos ver por nós próprios se era verdade”, disse. Quando descobriu que a política de reconciliação do governo era uma realidade, decidiu ficar no país.

Mas a situação ao longo da fronteira entre o Congo e o Ruanda não é única. Os combatentes estrangeiros, como o sr. Uwumukiza, “são uma ameaça para a segurança regional em todas as zonas onde ainda estão presentes em grande número”, diz um estudo intitulado *Combatants on Foreign Soil* (Combatentes em solo estrangeiro), elaborado pelo Gabinete do Conselheiro Especial da ONU para África.

Ao contrário dos nacionais de um país que sai de um conflito, a maioria dos combatentes estrangeiros não tem a possibilidade de regressar pura e simplesmente às suas casas, depois de as armas se terem calado. Nem sempre existem programas de repatriamento que os ajudem. E quanto existem, como acontece no caso dos ruandeses, o medo, a desconfiança e as más relações entre os governos fazem, muitas vezes, com que esses combatentes fiquem entregues a si próprios e se tornem ameaças à segurança.

### Regresso complicado

Os insurrectos africanos operam, desde há muito, fora de fronteiras nacionais mal guardadas. Alguns foram apreciados pela sua acção, nomeadamente no início da luta de libertação anticolonial ou contra o regime de *apartheid* na África do Sul.

Mas esses grupos tinham, em geral, uma visão política clara, eram compostos por homens disciplinados e contavam com o apoio das comunidades locais, o que não acontece com os combatentes que participaram nas inúmeras guerras civis que se seguiram. Não só as forças governamentais e rebeldes tomaram como alvo as populações civis como recrutaram combatentes estrangeiros. A intervenção de combatentes de países vizinhos contribuiu para complicar a situação e agravar a violência.

A África Ocidental é uma das regiões onde os grupos armados participaram com frequência em operações militares transfronteiriças. Em 1989, forças rebeldes procedentes da Guiné e da Costa do Marfim invadiram a Libéria. Foi da Libéria que Charles Taylor, primeiro como senhor da guerra e, depois, como Presidente, apoiou os ataques da Revolutionary United Front (RUF) contra o Governo da Serra Leoa. Em diversas ocasiões, combatentes da Libéria, do Burquina Faso e de outros países pegaram em armas ao lado da RUF. Mais tarde, dois novos grupos rebeldes, hostis ao Presidente Taylor, lançaram uma segunda guerra civil na Libéria, operando a partir da Guiné e da Costa do Marfim e acabando por conduzir à partida do Taylor, em 2003.

Após a conclusão de acordos de paz na Serra Leoa e na Libéria, os programas de desarmamento organizados pela ONU permitiram assegurar a desmobilização de dezenas de milhares de combatentes, mas pouco se fez para repatriar os combatentes estrangeiros. Este problema foi agravado pelas carências dos programas de reintegração de ex-combatentes na vida civil. Inúmeros jovens sem trabalho, com pouca instrução e pouco mais sabendo do que manejar armas acabaram por se sentir frustrados e excluídos. Assim, quando, em 2002, a guerra deflagrou na Costa do Marfim e as duas partes procuraram novos soldados, milhares de voluntários não hesitaram em atravessar a fronteira.

Num relatório de 2005 sobre os “guerreiros regionais” da África Ocidental, a organização americana Human Rights Watch entrevistou 60 combatentes de 15 facções armadas. A maioria combatera pelo menos em dois conflitos regionais. “Alguns de nós parecem não ser capazes de viver sem uma arma. Assim que ouvimos falar de uma guerra, temos de ir para lá”, disse um liberiano de 24 anos, que combateu na Libéria, na Serra Leoa, na Guiné e na Costa do Marfim.

### Viver impondo a lei das armas

A principal motivação destes combatentes parece ser económica, uma vez que, na sua maioria, os que haviam sido recrutados para guerras sucessivas não tinham trabalho e viviam em condições terríveis. Os que os recrutaram e os chefes militares garantiram-lhes que poderiam entregar-se à pilhagem. Alguns não hesitaram em mudar de campo, em função de possibilidades de pilhagem.

Para minimizar os riscos de formação de uma “diáspora de insurrectos”, as organizações regionais deveriam dissuadir os governos de recrutar ou apoiar os combatentes estrangeiros e as forças de manutenção da paz deveriam coordenar melhor os seus esforços de reintegração.

É igualmente importante, afirmam os peritos, garantir uma melhor reinserção dos antigos combatentes no seu meio de origem. Se tiverem trabalho, relações sociais e outras oportunidades, estarão menos receptivos a participar em guerras no estrangeiro e é mais provável que tentem viver sem uma arma.

### Ruanda acolhe os rebeldes que regressam ao país

Benoit Barabwiriza regressou ao Ruanda, juntamente com outros antigos combatentes, em Janeiro, para uma curta visita. É membro da Frente Democrática de Libertação do Ruanda (FDLR), uma força rebelde hutu hostil ao Governo ruandês. Era a primeira vez em muitos anos que voltava ao seu país. “Vimos para ver a situação no país”, explicou a um jornalista. “Depois, voltaremos para junto dos nossos camaradas no Congo, para lhes contarmos o que vimos. Só então decidiremos se voltaremos de vez”.

Há anos que o Governo se esforça por convencer os exilados de que são bem-vindos. Essas acções de sensibilização inserem-se no quadro de um processo mais vasto de reconciliação nacional que visa restabelecer a coesão social de um país dilacerado pelo genocídio de 1994, durante o qual cerca de 800 000 ruandeses, na sua maioria tutsis, foram chacinados.

Nos últimos anos, cerca de 20 000 rebeldes regressaram ao país, contando com uma pequena ajuda financeira sob a forma de dinheiro, de bolsas de estudos, de formação técnica, de acesso ao crédito e outros incentivos à criação de pequenas empresas e ao lançamento de projectos geradores de receitas.

O representante do Governo Jean Sayinzoga saudou o regresso de Benoît Barabwiriza e dos seus companheiros, sublinhando que eram livres de ir para onde quisessem no ruanda, incluindo visitar antigos combatentes já regressados. “Não hesiteis”, disse. “Estais em vossa casa”.

## Desarmamento inclui Pyongyang\*

Pedro Sousa

Estudante de Mestrado em Relações Internacionais  
na Universidade do Minho

Sir Joseph Rotblat - cientista que abandonou o Projecto Manhattan por razões morais – afirmou, aquando da recepção do Nobel da Paz, em 1995: “Lembrem-se da vossa humanidade, esqueçam o resto”. Actualmente, há Estados que preferem não seguir este conselho. Entre eles, a República Democrática Popular da Coreia. A incerteza quanto às intenções da Coreia do Norte está a crescer. Durante anos, a sabedoria convencional diz-nos que o programa de armamento nuclear do país foi concebido essencialmente como um instrumento de pressão. Mas o recente comportamento do regime gera dúvidas sobre a validade dessa explicação. A Coreia do Norte não precisa de fazer explodir um engenho nuclear para conquistar a atenção do mundo. Isto suscita a possibilidade inquietante de a Coreia do Norte querer mesmo prosseguir o seu programa de armamento nuclear. Mas, de facto, ninguém consegue perceber com clareza. Muitas perguntas são feitas, ficando sem resposta. É consequência da falta de informação credível sobre o regime fechado de Pyongyang<sup>1</sup>.

No campo das especulações, surgem algumas hipóteses. Pode estar a tentar a atrair olhares para a sua demonstração de poder tecnológico. A prioridade da Coreia do Norte é ser reconhecida como um estado nuclear e parece não estar disposta a negociar as suas armas. O facto de a Coreia do Norte ter anunciado que iria processar o urânio enriquecido para fazer mais armas foi uma extraordinária admissão pública de uma participação activa num programa cuja existência foi negada por Pyongyang, desde 2002. Isto sugere que a linha militar mais dura do país tem cada vez mais poder no governo. Kim Jong-Il está a elevar a fasquia, tentando extrair mais concessões: mais conversações bilaterais, mais diplomacia. Para alguns analistas, os países não prosseguem programas de armas nucleares simplesmente para acumular trunfos de negociação<sup>2</sup>. A devoção de Pyongyang ao armamento nuclear sugere o desejo real de adquirir essa capacidade e de ser aceite pelo mundo como um estado nuclear. É improvável que esteja disposta a desistir de obter essas armas em troca de aceitação internacional.

Analisando outra possibilidade, razões internas poderão explicar este comportamento. Talvez a hostilidade seja um acto do líder norte-coreano para mostrar que domina. Dando espaço para uma suave transição do poder. Assim, o principal alvo deste *show* será a sua audiência nacional. Kim Jong-Il estará a mobilizar o apoio dos militares ao seu sucessor, apresentando-se como o protector da nação num ambiente de hostilidade

internacional. Tal pode explicar o calendário dos recentes ensaios nucleares e balísticos. A aparente turbulência no seio da elite governamental da Coreia do Norte tem origem no estado de saúde debilitado de Kim Jong-Il. Mas a “sucessão” é uma justificação recente e não explica o desejo antigo de adquirir armas nucleares. Este jogo de alto risco de Pyongyang não é uma novidade. A Coreia do Norte provoca, com vista a obter ajuda e garantias de segurança em troca do desmantelamento do seu programa nuclear. Mas, na verdade, Kim Jong-Il pode ter outras coisas em mente.

A racionalidade da Coreia do Norte pode ser posta em causa devido ao seu comportamento recente. Actos, porventura, com um risco calculado, visto que não é esperado que alguém reaja militarmente contra o país. Talvez, na Coreia do Norte, os decisores vejam tal como espaço para provocação. Testam as “águas”, testam mísseis e tecnologia, e, ao mesmo tempo, conseguem criar um sentimento de urgência em relação às conversações diplomáticas, onde podem negociar mais “prémios” em troca de um comportamento aceitável, no campo do programa nuclear. A ameaça aos países vizinhos está lá. É uma ameaça directa para os seus vizinhos. Prevê-se que o Japão possa mudar a sua própria postura nuclear. A Coreia do Sul também tem o legítimo direito de se sentir ameaçada. A Coreia do Norte age como se não se importasse com a opinião do resto do mundo, de um modo bastante provocador, e obtém a atenção desse mesmo resto do mundo. A desconfiança e insegurança parecem reinar no governo norte-coreano.

A China é, de facto, o factor-chave neste “jogo” com Pyongyang. A Coreia do Norte é imensamente dependente da China, principalmente no campo da energia. A China enfrenta um dilema que não é novo. Embora desapontada com a continuação dos ensaios, continua relutante em pressionar a Coreia do Norte. Beijing não quer que a Coreia do Norte se torne um estado com armas nucleares, mas também não quer causar o colapso do regime norte-coreano. Um colapso do governo norte-coreano poderia inundá-la de refugiados e criar uma Coreia unificada, pró-americana, na sua fronteira. A queda do actual regime certamente resultaria numa enorme crise humanitária, e a China teria subitamente de suportar o peso dessa crise. Para a China, e para a Rússia também, o colapso da Coreia do Norte seria um grande revés estratégico. A percepção de laços de solidariedade ideológica com a ditadura norte-coreana e o facto de a Coreia do Norte continuar a ser um estado-tampão na região funcionam a favor da geopolítica destes

países. Este é o dilema da China: a existência de uma linha muito ténue entre a quantidade de pressão suficiente para forçar o regime obstinado a fazer concessões e a quantidade de pressão que precipitaria o seu colapso. A China tenta ter uma posição dura para com a Coreia do Norte, mas, ao mesmo tempo, não apoia publicamente medidas que a poderiam fazer parecer mais fraca em relação às posições dos outros membros do Conselho de Segurança. Diplomatas americanos poderão vir a apontar à China que, travando Kim Jong-Il, poderá ajudar os EUA a tranquilizar o seu aliado, Japão. Será expectável um rearmamento japonês justificado pela ameaça real dos mísseis norte-coreanos. Para o Japão, Coreia do Sul e os EUA, uma Coreia do Norte armada nuclearmente representa uma clara ameaça à segurança. Há quem defenda que um colapso do regime seria bem menos catastrófico do que a instabilidade criada por um possível confronto nuclear.

Por outro lado, há quem veja a estabilidade regional justificada pela destruição mútua assegurada da teoria da dissuasão nuclear. Esta estabilidade seria duvidosa, devido à inerente insegurança ligada ao armamento nuclear combinada com a tensão política da região que não desapareceria e com a já referida corrida ao armamento nuclear que despoletaria. A percepção da ameaça iria escalar tal como os riscos de um confronto à *la Dr. Strangelove*. Uma situação de medo recíproco não é receita para a paz no presente nem no futuro.

O orgulho de ser uma potência nuclear é a retórica frequente que vem da Coreia do Norte. Já veio advertir que, se atacada, irá reagir. Tem testado recentemente mísseis de curto alcance, para além do míssil de longo alcance, em Abril. Analistas militares afirmam que o míssil Taepodong-2 tem potencial para chegar atingir o Havai e partes do Alasca. Pyongyang prometeu que irá armar todo o plutónio que conseguir extrair da central nuclear de Yongbyon, central que havia sido parcialmente desactivada em 2008, como parte do acordo para a Coreia do Norte receber produtos alimentares, combustível e concessões diplomáticas. Esse acordo ruiu em Abril, quando a Coreia do Norte, em resposta à condenação do lançamento do míssil de longo alcance de Março, expulsou os inspectores da ONU do país. A 25 de Maio, levou a cabo um ensaio nuclear subterrâneo e testou um segundo míssil de curto alcance, e alguns analistas dizem que é provável que venha a haver um terceiro teste.<sup>3</sup>

(continua na página seguinte)

<sup>1</sup>Ian Liston-Smith, “Meagre media for North Koreans”, *BBC Monitoring*, BBC News, 10 de Outubro de 2006, em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6037715.stm>

<sup>2</sup>Victor D.Cha, “Pyongyang! Washington’s Korea Conundrum”, *Foreign Affairs*, 7 Abril de 2009, em <http://www.foreignaffairs.com/articles/64919/victor-d-cha/pyongyang>

<sup>3</sup>“North Korea Says It Will Start Enriching Uranium”, *Washington Post*, 14 de Junho, em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/06/13/AR2009061300636.html?hpid=topnews>

**Desarmamento inclui Pyongyang\*** (continuação)

A maior parte dos analistas concorda em que as medidas mais eficazes são aquelas que têm como alvo o estilo de vida dos líderes da Coreia do Norte: sanções financeiras destinadas a suprimir todas as transacções bancárias relacionadas com o comércio de armas da Coreia do Norte e travar mais subsídios e empréstimos. Recentemente, o regime norte-coreano tem sido alvo de sanções financeiras. As acções foram tomadas no âmbito de uma decisão oficial que permite que o governo dos EUA congele activos de proliferadores de armas de destruição maciça e seus apoiantes, isolando-os do sistema financeiro e comercial. Os EUA estão a tentar estabelecer conversações na China com o objectivo de combater empresas envolvidas nas aquisições norte-coreanas de equipamento para o programa de armas nucleares. Estas reuniões concentram-se na protecção da integridade do sistema financeiro internacional, impedindo a Coreia do Norte de abusar desse sistema para comprar e vender tecnologia perigosa que viola resoluções do Conselho de Segurança da ONU. É a mais recente medida para influenciar e controlar o programa nuclear e stock de armas da Coreia do Norte. As ameaças e ensaios nucleares da Coreia do Norte seguidos pelas sanções lideradas pelos EUA são um jogo já familiar na resposta da comunidade internacional. A questão é saber se estas sanções irão produzir algo de concreto.

A ONU endureceu as sanções contra a Coreia do Norte depois do teste nuclear subterrâneo de 25 Maio. Desta vez, além de sanções financeiras, a resolução do Conselho de Segurança apela a um rigoroso embargo de armas e possível interdição de navios norte-coreanos suspeitos de transporte de mercadorias ligadas às armas de destruição maciça. Apesar de ampliar o embargo de armas e impor novas limitações no acesso ao sistema financeiro internacional, não autoriza o uso da força. Aparentemente, nenhuma das ameaças é suficientemente grave para deter um governo que vê na arma nuclear a chave da sua sobrevivência. Um governo que “prefere” sofrer décadas de sanções económicas e dificuldades sociais, inclusive fome, do que render-se às pressões externas.

Recentemente, surgiram notícias sobre a possível vontade norte-coreana de retornar ao diálogo, algo visto como “gestos conciliatórios para aliviar a tensão” criada pelas sanções da ONU. Já em finais de Julho de 2009 e depois de renunciar às ‘conversações a seis’, Pyongyang deu a entender que estava disposta a dialogar bilateralmente com os EUA. Washington já comunicou que negociaria directamente com a Coreia do Norte, mas no âmbito das ‘conversações a seis’.

Que mensagem está Kim Jong-Il a tentar enviar e a quem? Sem armas nucleares, a Coreia do Norte seria apenas mais uma ditadura pobre. Um regime totalitário orwelliano com um enorme sentimento de insegurança. Com armas nucleares, Pyongyang obtém estatuto e respeito falseados pela motivação intimidatória. Também, ao invés de ser algum tipo de estranho sinal para o resto do mundo, a nova demonstração de poder da Coreia do Norte poderá ser impulsionada principalmente pelos eventos internos, invisíveis para o exterior. A verdade é que ninguém sabe realmente, com certeza, qual é a finalidade de tanta hostilidade e provocação por parte da Coreia do Norte. Pyongyang pode estar a tentar levar a melhor sobre o sistema internacional, obtendo concessões e, ao mesmo tempo, ir ganhando a aceitação, por parte do resto do mundo, do seu estatuto nuclear.

O papel da ONU é claro e crucial. Proporcionar uma base multilateral persistente que garanta o compromisso de todos os estados com a paz e segurança duradouras. Tal mensagem precisa de ser compreendida pela Coreia do Norte. Através do diálogo e de acções concretas, a ONU pode fortalecer o direito internacional que proteja todos os membros e que estabeleça um mundo sem armas nucleares. É a melhor hipótese que se pode vislumbrar e, como tal, merece investimento inesgotável e permanente. O Conselho de Segurança tem de corresponder. O que se pede é demonstração de inteligência e humanidade por parte da Coreia do Norte e de todas as outras nações com armas nucleares ou que caminham para tal. O Tratado de Não-Proliferação Nuclear tem de ser universal e totalmente respeitado. Temos de ver progressos irreversíveis no domínio do desarmamento nuclear. Citando Bertrand Russell, autor do Manifesto Russell-

Einstein : "The prospect for the human race is sombre beyond all precedent. Mankind are faced with a clear-cut alternative: either we shall all perish, or we shall have to acquire some slight degree of common sense. A great deal of new political thinking will be necessary if utter disaster is to be averted."

**Fontes:**

“U.S. targets North Korea missile proliferation network”, *Washington Post*, 30 de Junho de 2009.

“North Korea Says It Will Start Enriching Uranium”, *Washington Post*, 14 de Junho de 2009.

“U.S.-China talks planned on North Korea arms deals”, *Reuters*, Washington, 6 de Julho de 2009.

“On mushroom cloud two”, *The Economist*, 28 de Maio 2009.

“Punishing North Korea”, *the Economist Intelligence Unit ViewsWire*, 17 de Junho de 2009.

Aidan Foster-Carter, “What is North Korea’s game plan?” *BBC News*, 26 de Maio de 2009.

Blaine Harden, “N Korea defends nuclear programme”, *BBC News*, 22 de Junho de 2009.

David E. Sanger, “U.S. Weighs Intercepting North Korean Shipments”, *NY Times*, 7 de Junho de 2009.

Victor D. Cha, “Pyongyang! Washington’s Korea Conundrum”, *Foreign Affairs*, 7 de Abril de 2009.

Martin Fackler and Choe Sang-Hun, “Will Sanctions Ever Work on North Korea?”, *NY Times*, 12 de Junho de 2009.

“Cross-cutting report n°2: The Security Council’s Role in Disarmament and Arms Control: Nuclear Weapons, non-Proliferation and other weapons of Mass Destruction”, *Security Council Publications*, 1 de Setembro de 2009.

<sup>4</sup>“N Korea 'ready for nuclear talks'”, *BBC News*, 18 de Setembro de 2009, em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8262223.stm>

<sup>5</sup>“N Korea hints at 'specific' talks”, *BBC News*, 27 de Julho de 2009, em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8169863.stm>

<sup>6</sup>“Punishing North Korea”, *the Economist Intelligence Unit ViewsWire*, 17 de Junho de 2009, em [http://www.economist.com/agenda/displaystory.cfm?story\\_id=13852986](http://www.economist.com/agenda/displaystory.cfm?story_id=13852986)

<sup>7</sup>“UN council endorses nuclear curbs”, *BBC News*, 24 de Setembro, em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/8272396.stm>

<sup>8</sup>Assinado em Londres a 9 de Julho de 1955, o Manifesto Russell-Einstein foi escrito por Bertrand Russell e apoiado por Albert Einstein no decorrer da Guerra Fria. Os signatários alertavam para os perigos da proliferação de armamento nuclear e solicitavam para que os líderes mundiais procurassem soluções pacíficas para os conflitos internacionais.

<sup>9</sup>Bertrand Russell, “The Bomb and Civilization”, *The Glasgow Forward*, vol. 39, No. 33, 15 de Agosto de 1945

\* Os artigos publicados nesta secção expressam exclusivamente os pontos de vista dos autores, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição da ONU.

## PUBLICAÇÕES – SETEMBRO DE 2009

**Report of the Commissioner-General of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East**  
(1 January - 31 December 2008)



**Código de Venda:**  
EGB061  
**ISBN-13:**  
9789218201249  
Publicado em  
Setembro de 2009  
Disponível em inglês

**World Investment Report 2009: Transnational Corporations, Agricultural Production and Development**



**Código de Venda:**  
09.II.D.15  
**ISBN-13:**  
9789211127751  
Publicado em  
Setembro de 2009  
Disponível em inglês

**Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights**



**Código de Venda:**  
EGB059  
**ISBN-13:**  
9789218201225  
Publicado em  
Setembro de 2009  
Disponível em inglês

**Economic Commission for Europe: Annual Report**  
(28 April 2007 - 1 April 2009)



**Código de Venda:**  
E09ECE  
**ISBN-13:**  
9789218801661  
Publicado em  
Setembro de 2009  
Disponível em inglês,  
francês e russo

**Trade and Development Report 2009: Responding to the Global Crisis - Climate Change Mitigation and Development**



**Código de Venda:**  
09.II.D.16  
**ISBN-13:**  
9789211127768  
Publicado em Setembro  
de 2009  
Disponível em inglês,  
árabe, chinês, francês,  
russo e espanhol

**Report of the Secretary-General on the Work of the Organization**



**Código de Venda:**  
EGB057  
**ISBN-13:**  
9789218201201  
Publicado em  
Setembro de 2009  
Disponível em inglês

Poderá encontrar estas e outras publicações na página na internet do Serviço de Publicações das Nações Unidas:

<https://unp.un.org/>

### Jogadora de voleibol Jacqueline Silva nomeada Campeã da UNESCO para o Desporto

O Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Koïchiro Matsuura, decidiu nomear a brasileira Jacqueline «Jackie» Silva Campeã da UNESCO para o Desporto.

Jackie Silva começou a sua carreira profissional de voleibol aos 14 anos de idade, quando integrou a equipa nacional do Brasil. Em 1994, é reconhecida como a melhor jogadora de voleibol do mundo pela associação dos jogadores profissionais de voleibol. Em 1996, nos Jogos Olímpicos de Atlanta, torna-se na primeira atleta brasileira a receber uma medalha ao lado da sua compatriota Sandra Pires. Em 1999, após uma carreira desportiva brilhante, realizada sucessivamente no Brasil, em Itália e nos Estados Unidos, a atleta funda o Instituto Jackie Silva e o primeiro dos centros desportivos Jackie's Volleyball Club.

Hoje em dia, o Instituto Jackie Silva dispõe de 49 centros espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro, actuando em parceria com os governos e as associações locais. Tem como objectivo desenvolver novos talentos e oferecer oportunidades aos jovens menos privilegiados e mais vulneráveis da sociedade.

Esta nomeação inscreve-se no âmbito dos esforços da UNESCO para promover a educação inclusiva. Jackie Silva partilha com a UNESCO a visão de que os valores do desporto são factores de paz e desenvolvimento. A atleta, na sua qualidade de modelo para a juventude, participará activamente nos projectos da UNESCO nesses domínios, nomeadamente nos países lusófonos.

### Outubro de 2009

**Dia Internacional das Pessoas Idosas**  
1 de Outubro

**Dia Internacional da Não-violência**  
2 de Outubro

**Dia Mundial do Habitat**  
5 de Outubro

**Dia Mundial da Saúde Mental**  
10 de Outubro

**Dia Internacional para a Redução das Catástrofes Naturais**  
13 de Outubro

**Dia Mundial da Alimentação**  
16 de Outubro

**Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza**  
17 de Outubro

**Dia das Nações Unidas**  
24 de Outubro

CALENDÁRIO

Directora do Centro:

**Afsané Bassir-Pour**

Responsável pela publicação:

**Ana Mafalda Tello**

Redacção :

**Pedro Nunes e Pedro Sousa**

Concepção gráfica:

**Gregory Cornwell**



Rue de la loi /Wetstraat 155

Résidence Palace Bloc C2, 7<sup>ème</sup> et 8<sup>ème</sup>

1040 Bruxelles

Belgique

Tel.: + 32 2 788 84 84

Fax: + 32 2 788 84 85

Sítio na internet: [www.unric.org](http://www.unric.org)

E-mail: [portugal@unric.org](mailto:portugal@unric.org)